

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Margareth Maciel
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETORA: Adnilson José da Silva

COMITÊ EDITORIAL DA UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Klevi Mary Reali, Margareth de Fátima Maciel,
Maria Aparecida Crissi Knüppel, Ruth Rieth Leonhardt.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO
PEDAGOGIA A DISTÂNCIA:**

Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis;
Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon;
Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck

COORDENADORAS DO CURSO: Marisa Schneckenberg;
Rejane Klein



MÁRIO DE SOUZA MARTINS

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

COMISSÃO CIENTÍFICA: Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis; Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon; Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck.

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Sandra Regina Gardacho Pietrobon
Loremi Loregian Penkal

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Natacha Jordão

Azul Editora e Assistência Gráfica
450 exemplares

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava
Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

Martins, Mário de Souza
M386s Sociologia da educação / Mário de Soiuza Martins.– Guarapuava: UNICENTRO, 2012.
108 p.
Bibliografia
1. Educação. 2. Sociologia. 3. Estudos Sociológicos. I. Título.
CDD 20. ed. 370.19

Copyright: © 2012

Nota: o conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.



Apresentação	07
Capítulo 1	
Clássicos do Pensamento Social	09
1.1 Auguste Comte	09
1.2 Émile Durkheim	10
1.3 Karl Marx	21
1.4 Max Weber	29
Capítulo 2	
Os Estudos Sociológicos em Educação no Brasil	37
2.1 Fundamentos Teóricos da Sociologia da Educação	40
Capítulo 3	
Sociologia do Trabalho	67
Capítulo 4	
Movimentos Sociais	77
4.1 Os Paradigmas Teóricos dos Movimentos Sociais Urbanos	82

Capítulo 5

A Nova Sociologia da Educação	91
5.1 Diferença e Identidade	95
5.2 Feminismo e Gênero	96
5.3 O Currículo e a Questão Étnica e Racial	97
Palavras Finais	101
Referências	103



Apresentação

Este livro resulta dos esforços em se pensar a Sociologia da Educação na atualidade, que tem sido cenário de grandes transformações tecnológicas e sociais.

Para melhor entendermos como se inicia esta tendência da Sociologia, primeiramente precisamos contextualizá-la. É preciso que entendamos que a leitura dos clássicos é de valor imensurável, então apresentamos primeiramente um capítulo dedicado a estes.

No segundo capítulo, apresentamos o surgimento da Sociologia da Educação e seus principais fundamentos teóricos.

O capítulo terceiro é dedicado às reflexões que envolvem a Sociologia do Trabalho, onde refletimos sobre este tema contemporâneo.

O quarto capítulo trata dos Movimentos Sociais e de seus paradigmas.

O quinto capítulo discute as relações de currículo contempladas pela Nova Sociologia da Educação, além de discutir estas relações.

Esperamos que esta leitura possa contribuir com a formação do pensamento de cada um.

Bom Estudo.

Mário de Souza Martins



Capítulo 1

Clássicos do Pensamento Social

Os autores clássicos da Sociologia, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, fizeram seus estudos com o principal intuito de entender como se davam as relações entre o indivíduo e a sociedade, a partir do surgimento desta ciência. Entretanto, antes destes, foi Auguste Comte quem iniciou suas reflexões sociais. Pretende-se neste capítulo abordar as principais ideias destes autores.

1.1 Auguste Comte

Auguste Comte foi assistente de Saint-Simon, que havia pensado um sistema positivo comandado por uma elite intelectual e econômica (cientistas e industriais) que deveriam ser responsável pelo provimento das condições de vida da classe trabalhadora, comandado pelos conceitos de ordem, paz e progresso, para extinguir os conflitos entre as classes. Comte baseou sua obra nos ensinamentos de seu mestre, tornando-se um dos principais formuladores do Positivismo.

Foi Comte quem criou o termo Sociologia, colocando-a como sendo a ciência mais complexa e profunda. Dedicou-se aos estudos da

filosofia positivista, considerada por ele como uma forma de religião. Não uma religião como aquela que dominou por séculos a sociedade europeia, mas no sentido de penetração no âmbito social. Nesse sentido foram criados espaços específicos, quase como uma igreja, para que os positivistas tivessem um local para se encontrarem.

Os positivistas não utilizavam metodologia específica para as ciências humanas, mas seguiam a mesma usada pelas ciências naturais, por isso Comte denominou inicialmente a Sociologia de Física Social. Durante um período em que as diversas Ciências se definiam, procurando seu objeto, a Sociologia era para Comte algo maior, como a ciência que funcionaria como unificadora de todas as ciências.

O pensamento Comtiano exerceu enorme influência sobre muitos autores, inclusive Durkheim, que se basearia nele para construir a Sociologia enquanto ciência e, depois como disciplina na universidade.

1.2 *Émile Durkheim*

Émile Durkheim, pensador francês, nascido em 1858, foi autor de várias obras, entre elas: Regras do Método Sociológico, Divisão Social do Trabalho e Suicídio. Durkheim é reconhecido pelo comprometimento em dar um caráter científico à Sociologia, emancipando-a como ciência independente e detentora de um rigoroso método próprio.

Desenvolveu seus estudos no final do século XIX e início do século XX, após o desenvolvimento do Positivismo, de Auguste Comte, que já havia traçado, de certa forma, algumas considerações científicas sobre o pensamento humano.

Neste contexto positivista, Durkheim desenvolveu sua Sociologia, buscando uma independência e emancipação científica, bem como a definição de objetos e métodos próprios, ainda não visíveis no pensamento de Comte. Para Cláudia Costa:

Embora Comte seja considerado o pai da Sociologia e tenha-lhe dado esse nome, Durkheim é apontado como um de seus primeiros grandes teóricos. Ele e seus colaboradores se esforçaram por emancipar a Sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituí-la como disciplina rigorosamente científica. Em livros e cursos, sua preocupação foi definir com precisão objeto, o método e as aplicações dessa nova ciência. (COSTA, 2005, p. 81).

Durkheim queria determinar com exatidão a Sociologia como ciência, estabelecendo seus princípios e limites e rompendo com as ideias de senso comum que se instalavam na sociedade.

Em sua linha de pensamento, Durkheim encontrava na realidade a justificativa da existência do mundo burguês. Ao construir sua teoria, elaborava a metodologia que deveria ser seguida para a pesquisa da realidade social, a qual a Sociologia deveria investigar, sendo esta disciplina ministrada na Universidade de Paris.

Baseando-se na ciência positivista, Durkheim pensou em sua metodologia com importância fundamental, devido à sua rigorosidade, propondo total afastamento, do investigador, do objeto de estudo.

Durkheim entendeu que, como o sociólogo pertence àquela sociedade que irá investigar, ele deve chegar a uma análise o mais autêntica possível do fato social observado, buscando separar-se de todo preconceito, paixão ou desejo do próprio cientista. Deve afastar-se das opiniões e juízos de valor dos envolvidos com o fato social. Para realizar a pesquisa, o sociólogo necessita despir-se de todo o conhecimento e contexto anterior para poder investigar de forma neutra e não corromper o resultado da pesquisa. Para o autor, o sociólogo pode utilizar métodos objetivos como a observação, a descrição, a comparação e a estatística.

Ao definir o objeto da Sociologia, Durkheim cria uma série de conceitos que dão forma à teoria, com uma linguagem própria. Neste aspecto, elabora o conceito de fato social. O fato social torna-se o objeto da Sociologia, que o autor define:

É fato social toda a maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1977, p. 11).

Este conceito contém três elementos básicos para existir: coerção social, exterioridade em relação ao indivíduo e generalidade na sociedade dada.

A coerção é entendida como a força da ação da sociedade sobre os sujeitos, determinando a forma como se deve agir, ou seja, de acordo com os fatos sociais. As coerções segundo Durkheim podem ser legais e morais, sendo as primeiras prescritas em leis e as segundas compreendidas como regras estabelecidas pela sociedade, nas relações entre os indivíduos.

Não há dúvida de que esta coerção não se faz sentir, ou é muito pouco sentida quando com ela me conformo de bom grado, pois então se torna inútil. Mas não deixa de constituir caráter intrínseco de tais fatos, e a prova é que se afirma desde que tento resistir. Se experimento violar as leis do direito, elas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se já se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se não há outra possibilidade de reparação. Mas, e em se tratando de máximas puramente morais? Nesse caso, a consciência pública, pela vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e pelas penas especiais que têm a seu dispor, reprime o ato que a ofende. (DURKHEIM, 1977, p. 02).

Nesse aspecto, fatos sociais são as instituições colocadas socialmente que devem ser satisfeitas pelos componentes da sociedade. Para o caso de uma desobediência por um de seus membros, a sociedade reage e define a penalidade que lhe cabe. As sanções legais são aquelas presentes nos códigos que regulam as relações entre estes sujeitos,

enquanto as morais significam as reações negativas da sociedade frente a comportamentos que a ofendem, seja com relação a uma roupa ou a uma palavra não adequada numa determinada situação.

A segunda característica dos fatos sociais é a exterioridade aos indivíduos. Esta perspectiva afirma que os indivíduos, ao nascerem, encontram os fatos sociais (regras, costumes, leis, religião) já estabelecidos e transmitidos pelas instituições sociais, portanto, não há como negá-los e estes são admitidos por coerção social. Não há o poder de decisão às pessoas, o que foi entendido pela sociedade está tão fortemente estabelecido, que não há mais como questionar.

Ressalta-se que é neste elemento, a coerção, que Durkheim inclui sua concepção de homem. Ele analisa a sociedade mais forte que o indivíduo, e por isso acaba por ceder a essa força, aceitando as obrigações impostas por ela. Como ele mesmo afirma:

Toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente, observação que salta aos olhos todas as vezes que os fatos são encarados tais quais são e tais quais sempre foram. Desde os primeiros tempos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde, obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc. (DURKHEIM, 1977, p.05).

A terceira característica é a generalidade. Os atos coletivos devem se diferenciar dos atos individuais. São os atos coletivos que caracterizam as sociedades devido ao sentido de coletividade em função da consciência que regula as relações na sociedade. É preciso que se observe os fatos que se repetem numa determinada sociedade e que por isso se encontram em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles. Como Durkheim afirma:

[...] um fenômeno não pode ser coletivo se não for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles; se não for geral, portanto. Sem dúvida; mas se ele é geral, é porque é coletivo (isto é, mais ou menos obrigatório), e está bem longe de ser coletivo por ser geral. Constitui um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Está bem longe de existir no todo devido ao fato de existir nas partes, mas ao contrário existe nas partes todas porque existe no todo. (Durkheim, 1977, p.07)

Durkheim objetiva compreender a sociedade e sua coesão. Partindo de seu entendimento que visualiza as Ciências Naturais, o autor compara a sociedade a um organismo vivo, mais exatamente a um corpo humano, que pode apresentar estados considerados normais ou patológicos, numa metáfora com um organismo biológico, estados saudáveis ou doentios.

Validando seu método, Durkheim protege suas pesquisas de critérios subjetivos, pois para ele a objetividade na classificação dos fatos sociais, é fundamental para que se chegue a um resultado da maior rigorosidade científica. Esse critério é a generalidade do fato social, que pode ser denominado como a garantia de normalidade no alcance em que concebe o consenso social.

Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos. Se convencionarmos chamar tipo médio ao ser esquemático que resultaria da reunião num todo, numa espécie de individualidade abstrata, das características mais frequentes, poder-se-á dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão da saúde é um fenômeno mórbido. (DURKHEIM, 1977, p. 48).

Assim, a diferença entre generalidade e normalidade do fato social deverá ser mensurada dependendo da sociedade que se está pesquisando, haja visto que cada uma possui um tipo médio e a saúde

que lhe é peculiar, em um determinado momento, que é histórico, pois as sociedades vivem diversas fases. Desta forma, uma prática tem que ser analisada de acordo com a contemporaneidade em que ela se apresenta.

É preciso renunciar ao hábito, ainda demasiado corrente, de avaliar uma instituição, uma prática, uma máxima social ou moral, como se fossem boas ou más em si e por si, para todos os tipos sociais indistintamente. (DURKHEIM, 1977, p. 49).

Durkheim rompe com o argumento de que todas as sociedades devem ter ações análogas, referindo-se às questões culturais que definem aquilo que deverá se constituir enquanto prática social, porém as fases diferentes representam os momentos vividos por cada sociedade, como uma trajetória.

Este caminho poderia ser visto como o destino que estaria traçado, e as sociedades iriam se diferenciar apenas momentaneamente, devido às fases diversas vividas por elas, que um dia iriam se igualar, na medida em que o capitalismo se impusesse mundialmente. O poder da ciência dominaria o mundo, expor isso, ele evoluiria.

Um fato social não pode, pois ser acoimado de normal para uma espécie social determinada, senão em relação com uma fase, igualmente determinada, de seu desenvolvimento; por conseguinte, para saber se é possível lhe dar tal denominação, não basta observar sob que forma se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a esta espécie, é preciso ainda ter o cuidado de considerá-lo na fase correspondente de evolução da mesma. (DURKHEIM, 1977, p. 49).

Esta seria a expressão de Durkheim para os momentos vividos em cada sociedade como sendo fases a serem superadas no momento oportuno, definidas por ela mesma, ou ainda, pelas relações sociais.

Durkheim desenvolveu conceitos importantes em sua teoria, os quais veremos a seguir.

1.2.1 A Anomia na Sociedade

Para Durkheim, a generalidade do fato social é sua unanimidade. Ela indica o consenso, a coesão social, a vontade coletiva, o acordo do grupo, a mesma intenção e a mesma ideia sobre determinada questão. Nesse aspecto a saúde de uma sociedade pode ser avaliada pela coesão social, pelo consenso e pela unanimidade na escolha da solução em relação a determinado fato social, enquanto que a doença social pode ser medida em função do dissenso e do abalo da harmonia social diante de um fato social. A isto Durkheim denominou anomia.

Durkheim afirma que os fatos patológicos são analisados como passageiros e excepcionais, por imperar na sociedade a harmonia social, e os movimentos são entendidos como momentos efêmeros. Nesta linguagem se observa a influência das Ciências Naturais.

Para o autor, então, seria o papel da Sociologia identificar qual o órgão da sociedade que se encontra doente, para que ela procure curar essa doença. Se ele pensa em alguns momentos em um todo social, esse todo se refere, na realidade, ao elemento doente.

Para Durkheim, se pode isolar os elementos que compõem a sociedade e tratá-los como se fossem um órgão do corpo humano que estivesse doente. Esse órgão corresponderia ao todo afirmado pelo autor, e não o todo enquanto conjunto de todas as instituições sociais.

1.2.2 A Consciência Coletiva

Acreditando que os fatos sociais apresentam vida própria, independente dos pensamentos e ações individuais dos membros da sociedade, passando de geração em geração em geração, Durkheim não nega a existência de uma consciência individual, mas entende que esta se

confunde com o que ele denomina consciência coletiva. O autor acredita que mesmo para cada indivíduo, que tem seus pensamentos próprios, a sociedade é determinante no estabelecimento de padrões de conduta e de pensamento. Assim, esclarece:

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um padrão de comportamento. Um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo: a consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. Essa consciência não se basearia nos indivíduos e grupos sociais, tampouco seria o simples produto das consciências individuais, mas algo completamente diverso. (DURKHEIM, 1977, p. 98).

Para Durkheim, a consciência coletiva seria o tipo psíquico da sociedade, que não muda por meio das gerações, mas que agrega uma geração à outra. A consciência coletiva compreende a moral da sociedade, com capacidade para julgar e validar os atos dos indivíduos, rotulando-os de imorais, reprováveis ou criminosos. É por seu intermédio que se pode avaliar os valores e normas sociais, por ter a consciência coletiva um poder de coação que vai variar dependendo do grau de desenvolvimento das sociedades, exposto pelo tipo de solidariedade na sociedade.

1.2.3 Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica

O trabalho na sociedade capitalista produz a solidariedade entre os indivíduos e para Durkheim existem dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica define-se numa forma típica das sociedades arcaicas pré-capitalistas, constituindo uma solidariedade por semelhanças, pois os sujeitos diferem pouco uns dos

outros e acabam se identificando por intermédio de suas famílias, religiões, tradições e costumes. Os membros que participam desta sociedade são fortemente influenciados pela consciência coletiva, perdendo mesmo a personalidade e a individualidade, que se torna um instrumento de coação, logo, de coesão social.

O primeiro tipo só pode ser forte na medida em que as ideias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em número e intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles. A solidariedade é maior na medida em que esse excedente seja mais considerável. Ora, o que faz nossa personalidade é isto que cada um de nós temos de próprio e de característico, o que nos distingue dos outros. Esta solidariedade só se intensifica pois na razão inversa da personalidade. (DURKHEIM, 1978, p. 82).

Entende-se assim que a consciência individual é dependente da consciência coletiva, por seguir seus moldes. A sociedade por meio de seus valores, normas e tradições, é mais forte do que o indivíduo, submetendo-o ao seu poder; portanto, cada sujeito tem uma consciência individual fraca. Nas sociedades arcaicas, pré-capitalistas, onde não há uma divisão social do trabalho tão desenvolvida, é a solidariedade mecânica que mantém a coesão social, em virtude da predominância absoluta da consciência coletiva sobre a consciência individual.

A solidariedade orgânica é característica das sociedades capitalistas que, devido à grande divisão social do trabalho, denotam maior dependência entre os indivíduos. Cada um produz uma parte do que é necessário para a produção social, tornando-se, assim, dependente do trabalho do outro. Nessas sociedades é que se desenvolve o individualismo, pois são nas relações dominantes no processo produtivo que refletem as relações sociais. Na fábrica, o indivíduo se perde com um número imenso de trabalhadores e uma divisão do trabalho fragmentada, interferindo na forma como os indivíduos irão se relacionar socialmente.

Observa-se também que a coesão social pode ser obtida por intermédio da divisão social do trabalho, caracterizada por uma especialização profissional. Para o autor quanto maior a especialização das instituições, mais dependentes se tornam umas das outras, para garantir sua unidade. A designação de orgânica deve-se a uma relação que Durkheim estabelece com o organismo dos animais superiores, portanto ele usa uma linguagem de acordo com o método positivista que não diferencia as ciências sociais das ciências naturais. Durkheim afirma:

A solidariedade produzida pela divisão do trabalho é totalmente diferente. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se pareçam, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual seja absorvida pela personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade. (DURKHEIM, 1978, p. 83).

Dependendo das categorias de desenvolvimento, a solidariedade, tanto a mecânica quanto a orgânica, vai colaborar para o maior ou menor poder de coesão da consciência coletiva na sociedade, na forma em que ela estabelece uma relação visceral com a configuração de solidariedade predominante.

A solidariedade é um conceito durkheiminiano que está unido à consciência coletiva, na medida em que o seu poder pode ser maior ou menor, enquanto a anomia se configura como ausência de uma coesão social.

As regras, os valores e as tradições encontram-se em processo de mudança. Durkheim atribui tais mudanças ao momento de transformação provocado pela Revolução Industrial.

Na verdade, Durkheim atribui à divisão do trabalho na sociedade capitalista a causa para a situação de anomia. Como é a partir do trabalho que a sociedade vai se organizar, será a divisão do trabalho no domínio do capital que vai gerar a falta de valores e de regras que

regulem a vida em sociedade. Essa crítica também será feita por Marx, na medida em que o trabalhador fará somente uma parte do trabalho e não terá uma visão da totalidade daquilo que produz.

A teoria durkheiminiana tem afinidades com corporações existentes no final do sistema feudal, onde determinadas profissões se agrupavam num mesmo local para produzir, cada uma o seu produto. Entretanto, compreende que não há mais como retornar a este sistema e a saída seria a construção de uma nova moral, que regulasse as relações na sociedade. Essa moral seria decorrência das relações de trabalho que necessitariam ser repensadas para que o social novamente se tornasse saudável. Novamente, a linguagem é tirada das ciências naturais para explicar o fenômeno social.

IMPORTANTE:

Para Durkheim o objeto da Sociologia era chamado de fato social e seu estudo dependia da metodologia que corresponde aos elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na sua observação.

Assim:

- Baseando-se no Positivismo, o método utilizado pelas ciências sociais era muito próximo do usado pelas ciências naturais.
- Exigia-se neutralidade do pesquisador, que deveria trancar-se neutro diante do fato social a ser investigado.
- Havia, para Durkheim, certo privilégio na objetividade do fato social, além do olhar da sociedade.
- Neste método privilegia-se a principalmente a pesquisa quantitativa e, logicamente, a estatística como instrumento de auxílio ao pesquisador
- Diferencia-se a ciência das manifestações individuais.
- O fato social precisa conter três elementos básicos para

existir: coerção social, exterioridade em relação ao indivíduo e generalidade na sociedade dada.

➤ São conceitos importantes de Durkheim: anomia na sociedade, consciência coletiva, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

1.3 Karl Marx

Os textos de Marx apresentam uma abrangência que podem ser utilizados em diversas áreas da Ciências Humanas. Uma característica em seus textos é mostrar a sociedade em sua totalidade e não somente partes do que ela representa.

Karl Marx nasceu em Trier, na Alemanha, em 1818 e faleceu em Londres em 1883. Esteve envolvido com diversos jornais na Alemanha, em Paris e depois em Londres. Fez doutorado em Filosofia em Berlim, quando defendeu, em 1841, uma tese sobre a diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro. Neste momento estudou Hegel e se tornou hegeliano até 1843. Devido à repressão que dominou a Prússia em 1841, tornou-se jornalista, pois foi impossibilitado de tornar-se professor. Foi quando atuava como redator-chefe do Jornal Renano que percebeu que o mestre Hegel tinha uma concepção equivocada a respeito de um ponto crucial: o Estado.

Em 1844 inicia com Friedrich Engels uma amizade que durará toda a vida. Ainda em 1844, Marx casou-se e, instalado em Paris, dirigiu uma revista que estava prestes a dissipar-se. É expulso da França e passa a residir em Bruxelas. Após o início da Revolução Francesa, Marx edita, junto com Engels, o folheto O manifesto Comunista. Após ter participado de diversos movimentos revolucionários na Europa e após a expulsão de Paris, Marx se instala em Londres, dedicando-se, então, a escrever suas obras, com auxílio financeiro de Engels.

Marx defendia o materialismo dialético, anteriormente proposto por Feuerbach, que criticava a teoria hegeliana por mostrar-se

revolucionária, mas que se revelava muito conservadora. Para Feuerbach, atento que era ao fenômeno religioso, refletia sobre o poder que a religião exercia sobre o ser humano, afirmava que não se tratava de uma força que vinha do céu para a terra, mas ao contrário, ela tinha proveniência do próprio homem. A visão tradicional desenvolvida pela religião de que Deus criou o homem, Feuerbach dizia que foi o homem quem criou Deus à sua imagem e semelhança. Para Feuerbach ao criar Deus, este se humanizou por ser o próprio homem, e a religião adquiriu uma humanidade, abandonando o caráter sagrado imposto pela sociedade.

Apesar de Marx inicialmente ser influenciado pelo pensamento hegeliano, entendeu a limitação dessa teoria. Abandona a teoria hegeliana, mas não a dialética, que permanece elemento metodológico de suas reflexões. A questão fundamental que difere os dois teóricos se relacionada à elaboração do pensamento social. Enquanto Hegel afirmava o domínio da consciência sobre a realidade, Marx segue o caminho contrário e percebe que a realidade é o fundamento de toda consciência e estabelece o pensamento do indivíduo.

Assim como Feuerbach, Marx baseia-se em Hegel ao sustentar a dialética como componente presente em sua metodologia, contudo renuncia ao idealismo como elemento de sua reflexão. Para ele o real não concebe o desenvolvimento da razão, mas, ao contrário, a razão significa um produto do real, das relações sociais.

A dialética para Marx é pensamento e realidade a um só tempo, a matéria e seu conteúdo histórico que determinam afinal uma contradição externa, como algo externo ao objeto, mas há uma unidade na contradição mostrada pelo real, a partir da qual se elabora a identidade do objeto. A dialética mostra a relação, a familiaridade existente entre os elementos contraditórios, que podem ser idênticos, se interpenetram, fazendo com que a realidade não se torne estática, engessada, mas se transforme em algo vivo, em uma relação permanente de troca entre real e objeto.

Foi Marx quem pensou o trabalho mais próximo dos trabalhadores, dos quais se aproximou, participando de organizações

clandestinas de operários rebeldes. Neste contato percebeu a importância do trabalho para o homem e que isso o distinguia das demais atividades realizadas pelas espécies animais.

O trabalho é a única atividade em que se estabelece uma relação entre sujeito e objeto. Não preexistiu ao homem e nem poderia ser conhecido antes dele porque o homem se expressa nele, sendo um sujeito ativo, que transforma, se modifica, se supera e, do qual, apenas podemos nos aproximar por intermédio do que produz. O homem expressa a sua capacidade ao interagir com aquilo que produz.

É através do trabalho que o homem cria a si mesmo enquanto ser, usando a sua criatividade. Essa capacidade criadora ele utiliza na transformação da natureza, que ele altera, e ao transformá-la, também muda, ao ter adquirido um conhecimento, produto daquilo que ele modificou na natureza. É uma relação de permanente troca entre o homem e a natureza, numa dialética entre o real e a consciência. Daí a *práxis*, que é uma prática consciente do homem sobre o mundo.

Analisando o trabalho, Marx entendeu que o capitalismo não admitia ao homem viver todas as seus potenciais, haja visto a transformação de todas as atividades humanas em mercadoria. Vale ressaltar que aquilo que era produzido pelo homem, inclusive a sua força de trabalho, foi o único bem que restou ao homem/proletariado para vender no mercado, logo, tornou-se mercadoria.

Nessa perspectiva, critica os economistas liberais de seu tempo que infligiam a movimentação do mercado ou o aumento de preços à exploração do trabalho.

Para Marx, a assimilação do trabalho se dá dentro do processo produtivo.

[...] o trabalhador não tem o que vender para sobreviver, a não ser a sua força de trabalho. Portanto, é forçado pela fome, ou mesmo pela repressão organizada, a concordar com o salário que os patrões propõem. No espaço de um dia, de uma semana ou de um mês de trabalho, o trabalhador produz muito mais do que

o seu salário, e essa diferença – entre o valor do que produz e o valor de seu salário -chamada mais-valia, é apropriada pela classe capitalista e é a substância de toda a sua riqueza. (CATANI, 2004, p. 31).

A forma utilizada para esta exploração é a chamada mais-valia, processo pelo qual o capitalista se apropria do trabalho do trabalhador, ou seja, o trabalho que ele realiza em excesso à sua remuneração, e desta forma produz a riqueza, o capital. Marx acreditava que existiam duas formas da mais-valia se expressar. Catani salienta: “Para Marx, o aumento da mais-valia é possível graças a dois processos fundamentais: o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e a redução do tempo de trabalho necessário (mais-valia relativa)”. (CATANI, 2004, p. 33)

É necessário entender que uma sociedade fundamentada na produção de mercadorias possui como especialidade fundamental a propriedade privada, divisão social do trabalho e troca. Para que o trabalhador venda a sua força de trabalho e produza algo, deve existir alguém que esteja interessado na compra dessa mão de obra e na produção da mercadoria. Desta forma, existe um grupo detentor do capital, que investe na produção organizando a infraestrutura para produzir bens e remunerar a mão de obra, detendo a propriedade privada.

Como não há possibilidade de cada ser humano produzir sozinho todo o necessário para sua sobrevivência, cada um realiza uma atividade, e o trabalho se divide. Esta divisão do trabalho se apresenta como outra característica do modo de produção capitalista. Neste processo, a troca se coloca como instrumento essencial em que cada um permuta o seu produto por outro, fazendo com que a sociabilidade se construa a partir dela.

Os produtos de diferentes trabalhos privados têm de ser, na sociedade capitalista, trocados. A troca é condição necessária de subsistência de todos na sociedade, e esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-

se mercadoria. Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria num quadro de condições sociais em que imperem a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca, não podendo ser considerado como tal caso não se verifiquem essas três condições. (CATANI, 2004, p. 17).

Para Marx, o trabalho deveria libertar o homem e não aprisioná-lo. Ele percebeu que o processo produtivo contribui ainda mais para que a consciência do homem se aliene, já que neste sistema o trabalhador produz somente uma parte do produto. Ele não tem como visualizar a totalidade do que está produzindo e, portanto, não se reconhece naquilo que faz, ou seja, o indivíduo não tem contato com o produto final. Considerando que é no processo de trabalho que o homem elabora a sua consciência e que o seu trabalho é fragmentado, a sua consciência também o será.

A totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser que determina a sua consciência. (MARX apud ANDERY, 1999, p.400).

Nesta fragmentação da consciência do trabalhador em sua prática, onde se dá a sua alienação, é sobreposto o fenômeno ideológico, transmitido pelas instituições sociais em favor das classes dominantes, como família, igreja, mídia, e outros que fazem a mediação entre a realidade e a consciência, onde a consciência do trabalhador não corresponde ao seu mundo real. Nesses aspectos, pontua-se:

A alienação é um conceito usado por Marx para explicar a relação dos homens entre si e dos homens com o produto do seu trabalho – uma relação de “estranhamento” – a partir do estabelecimento da

propriedade privada. Sobre isto Marx afirma: essa propriedade privada material, imediatamente sensível é a expressão material e sensível da vida alienada [...] a superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva da alienação. (ANDERY, 1999, p.408).

Diante disso, o trabalhador passa a proteger os valores e as normas dos grupos dominantes, pois não consegue articular sua consciência nem a sua prática social. Para Marx, ideologia é a consciência falsa, determinada para evitar que exista uma conexão entre consciência e prática, o que daria ao trabalhador a consciência real de sua exploração e, por conseguinte, do processo de dominação a que está submetido. Nesse pensamento, Marx coloca o fetichismo da mercadoria, que ocorre quando toda a produção social depositada no mercado age como se tivesse vida própria, perdendo sua característica de objeto e assumindo uma existência separada de seu criador.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, no simples fato de que ela reflete aos homens as características pessoais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas [...] os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria [...] a isso chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho tão logo produzidos como mercadorias ,que, por isso é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2005, p.17).

Marx viu no operário a possibilidade de emancipação, dele desenvolver uma *práxis* revolucionária, tornando-se agente de transformação, não só de sua posição enquanto explorado pelo sistema, mas também do todo social. Para que isso ocorra, o proletário necessitaria se preparar para entender o desenvolvimento do capitalismo e as amarras que o atam a esse sistema, portanto, era necessário que ele compreendesse seu papel através da aquisição de conhecimento teórico.

Ao analisar o sistema capitalista, percebeu que o elemento principal que move a sociedade é o conflito entre as duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Portanto, é este conflito o objeto a que a Sociologia deveria se deter para ter a compreensão da sociedade. Contrariamente ao positivismo, Marx acredita que a objetividade não mostra o significado real do objeto, portanto, deve-se olhar em que contexto o objeto está inserido e o que ele apresenta por trás de si.

Nestes aspectos, considerando que a discussão entre a relação indivíduo/sociedade só haveria mediante a análise de vários fatores e, mais especificadamente por intermédio do modo de produção, é que se poderia entender a organização da sociedade. Para Marx, o modo de produção significa a forma como os homens se reúnem para se organizar dentro da sociedade e produzir a sua sobrevivência.

Para apreender melhor como se forma a sociedade capitalista, Marx (2005) criou um artifício que auxilia na compreensão da arquitetura da sociedade capitalista. Ele criou a metáfora de um edifício onde se observa a existência de uma infraestrutura e de uma superestrutura:

- a) A infraestrutura é a base do edifício e inclui todas as atividades econômicas da sociedade. É na infraestrutura da sociedade, que está presente o componente fundamental de qualquer organização humana, que é o trabalho, é aquele elemento determinante para as relações sociais, aliás é a partir dele que essas se elaboram. Mais uma vez: as relações sociais são organicamente ligadas às relações de trabalho. É a partir do trabalho que o homem organiza as suas relações em sociedade.
- b) A superestrutura é responsável pela formulação do pensamento social, ou seja, é nela que se constituem as instituições que darão sustentação ideológica às relações existentes na sociedade. As instituições sociais teriam, então, o objetivo de explicar e justificar as relações existentes na infraestrutura social. Mas isso é um processo vivido pela

sociedade, onde todas as instituições são colocadas em questão e a reflexão sobre as relações sociais vai permitindo que as portas se abram para as mudanças no comportamento social.

Neste sentido, as instituições existentes na superestrutura da sociedade produzem o pensamento que vai determinar a consciência de uma sociedade. Mas esse pensamento é produto das relações sociais que se dão na relação entre infra e superestrutura. Para que uma prática social se mantenha, se estabeleça socialmente, ela necessita de uma justificativa, caso contrário ela não se efetivará. A permanência das relações entre os homens está articulada a um pensamento que justifica a sua existência.

Então, na superestrutura se encontram as instituições responsáveis pela formulação do pensamento social, e esse pensamento tem a função de explicar as relações sociais existentes e, mais precisamente de justificá-las. Essas instituições são a família, a escola, a igreja, a mídia e outras.

IMPORTANTE:

A metodologia corresponde àquelas informações que devem ser consideradas no levantamento de dados ou na observação daquilo que Marx denomina classes sociais, o objeto da Sociologia.

Assim:

- Marx usa o método dialético como instrumento para entender a realidade social.
- O autor utiliza uma metáfora, a infra e a superestrutura, para explicar a organização da sociedade.
- Considera que na infraestrutura estão as relações econômicas determinantes na sociedade.
- Considera que na superestrutura estão as instituições responsáveis pela elaboração do pensamento social, que justificam as relações existentes na infraestrutura.

- Para Marx, a realidade não é aquilo que vemos num primeiro momento, a objetividade, como quer o positivismo, não é a aparência que mostra o objeto, mas o que ele esconde.
- Não existe neutralidade na pesquisa, o autor salienta o envolvimento entre o objeto e o pesquisador.
- Alguns conceitos importantes em Marx: mais valia, mercadoria, modo de produção, burguesia e proletariado.

1.4 Max Weber

Max Weber nasceu em Erfurt, em 1864, e faleceu em Monique em 1920. Fazia parte da alta classe média, o que propiciou desde seu nascimento uma atmosfera intelectualmente estimulante. Primogênito de oito filhos, seu pai era protestante e a mãe calvinista. Seu pai era um conhecido advogado, político liberal e funcionário público. A esposa, Marianne Weber, biógrafa de Weber, foi uma das alunas pioneiras da universidade alemã e integrava grupos feministas de seu tempo.

Weber formou-se em Direito na Universidade de Heidelberg em 1882, onde seu pai havia estudado, frequentando os cursos de Economia Política, História e Teologia. Transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde, em 1889, obteve o doutorado em Direito e em 1891, a tese de habilitação, ambos com escritos de história do Direito e, da Economia. Foi professor nas Universidades de Freiburg, Heidelberg, Berlim e Viena. Em 1903 renunciou ao cargo de Professor e aceitou uma posição como diretor-associado do recém-nascido *Archiv für und Sozialwissenschaft* (Arquivos de Ciências Sociais e Política Social).

É considerado um dos fundadores do estudo moderno da Sociologia, mas sua atuação influenciou vários outros campos do saber, como a Filosofia, o Direito, a Ciência Política e a Administração. A formação intelectual de Weber foi excelente, desde as universidades que frequentou, mas também no ambiente doméstico, que o estimulou. A sua Sociologia é extremamente elaborada e nem sempre acessível a todos. A

teoria weberiana é, na contemporaneidade, amplamente difundida, pois é por meio dela que se desenvolveram os estudos culturais.

Como os demais sociólogos, ao mesmo tempo em que formulou sua teoria, ele desenvolveu seu método de apreensão da realidade social. Para ele, a ciência tem por objetivo indagar ao real e, a Sociologia, a realidade social, e, para investigar este aspecto, torna-se premente a elaboração de uma metodologia adequada.

Vale ressaltar que as reflexões weberianas são estabelecidas em um período de grandes alterações da Alemanha que podem ser resumidas em três momentos: unificação política; consumação da transição do feudalismo ao capitalismo e imersão na disputa imperialista entre as nações.

Essas informações apresentaram questionamentos que serviram a Weber em sua reflexão sobre as sociedades.

O método weberiano apresenta-se bastante aberto em relação ao desenvolvimento das ciências. Este autor não se coloca como formulador de uma ciência única, capaz de explicar todos os fenômenos da sociedade, como Marx e Durkheim. Ao contrário, Weber considerava que seu pensamento teórico era apenas uma entre outras ciências e, por isso, poderia chegar a uma neutralidade. De acordo com o cientista, ao usar um quadro teórico para explicar seu objeto, chega ele a uma neutralidade científica.

Assim, Weber foge à ideia de que a sua ciência é aquela que poderia resolver os problemas da humanidade, pois a visualiza apenas como mais uma contribuição ao pensamento humano. Seguindo o pensamento weberiano, cada ciência terá uma verdade e, portanto, pode-se chegar a diversas verdades e, então, cabe ao indivíduo na sociedade encontrar a sua própria, a partir daquelas apresentadas pelos diversos quadros teóricos.

Essa visão de Weber, contudo, não extingue a sua inquietação pela objetividade do conhecimento da realidade humana. Ao lidar com a construção da Sociologia preocupava-se com a relação entre a análise

científica e os valores daquele que a realiza. O pesquisador deve partir de algo que deriva dos seus próprios valores. Podemos, então, concluir que o ponto de partida da análise científica, tanto de caráter histórico quanto sociológico, nunca é neutro; logo, possui um aspecto subjetivo que é fundamental para a seleção do objeto, mas esse seria o único momento em que os valores e ideias do pesquisador podem influenciar a pesquisa, que devem ser excluídos a partir do instante em que o pesquisador iniciar a análise do objeto.

Na visão weberiana, essa seria a segurança, de objetividade para se chegar ao entendimento de qualquer fenômeno social. Isso significa a neutralidade axiológica, que é aquela relativa aos valores. Na análise, o quadro teórico do pesquisador deve dominar suas explicações sociológicas. O conhecimento empírico é outro elemento fundamental para que o pesquisador alcance a objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. O pesquisador não poderá declarar a solução para um impasse em determinada população, essa é uma questão que não cabe a um estudo científico responder.

Weber se nega a incluir as Ciências Sociais no quadro teórico das Ciências Naturais, como faz o Positivismo, por entender que Ciências Humanas têm sua particularidade e, portanto, não devem usar os mesmos métodos das Ciências Naturais. A Ciência Social tem seu espaço próprio na realidade e é a partir dela que devemos investigar os fenômenos sociais.

Entretanto, toma cada sujeito como atuante fundamental e único na ação dentro social, ou seja, a partir de cada discurso, de cada compreensão do vivido que o sociólogo deve ter o ponto de partida para sua pesquisa sociológica. Para Weber, cada indivíduo, ao vivenciar uma situação, escolhe a melhor opção para aquele momento. Diante disso, se torna responsável por suas escolhas, evadindo-se da ideia de passividade do objeto que é incentivada pelo Positivismo.

Desenvolveu em sua teoria conceitos importante como o desencantamento do mundo e a Sociologia compreensiva.

1.4.1 A Ciência e o Desencantamento do Mundo

Ao se considerar cada essência como uma realidade autônoma, desaparece o coletivo, e a realidade passa a ser relativizada por existirem várias maneiras de a compreender, logo, como seria possível chegar a uma compreensão mais próxima do real? Ao entender a existência de várias verdades e não se aceitar uma verdade única como capaz de avaliar o processo científico, não se observa mais a ciência com tanta legitimidade.

No entanto, isso significa que a ciência perdeu seu *status* de elemento fundamental dentro da sociedade e de explicação dos fenômenos, sejam eles naturais ou sociais. Entretanto, é neste momento que Weber passa a questionar a validade real da ciência para o homem, questionando se suas respostas realmente estão ajudando-o a resolver seus problemas.

O que Weber coloca é que, ao invés de resolver, a ciência cria novos problemas ao estar sempre desvendando tudo. Assim, o homem adquire certa inquietação, pois visualiza sua realidade de forma incompleta. Segundo o autor, no período anterior ao capitalismo o indivíduo tinha uma percepção de completude ao morrer, pois já havia realizado muitas coisas. O homem moderno, ao contrário, está sempre almejando novas descobertas científicas que devem resolver problemas da sociedade, sentindo dessa forma que sempre há algo a resolver.

Quando o homem tem acesso a tamanha tecnologia, é capaz de resolver todos os problemas e sempre estar buscando futuros resultados. A percepção que se assume é de que não existem mais mistérios, não existem mais dúvidas como outrora. Ao desaparecerem todas as perguntas, ocorre o que Weber denomina de desencantamento do mundo, ou secularização, sendo que este fenômeno não dá ao homem a tranquilidade que ele necessita para o seu cotidiano.

Podemos atribuir a Weber um pessimismo com relação ao futuro da sociedade capitalista, dominado pela ciência, daí o autor discute a racionalidade, que no seu entender, é como que uma coerência

lógica com um fim estabelecido presente na atividade humana. Para ele, a racionalidade está presente em todas as atividades humanas, envolvendo a todos, pois há um padrão de conduta que realiza a adequação entre os meios necessários para um objetivo determinado. Muitos desses posicionamentos são determinados pelo Estado, que guia socialmente indicando caminhos para se atingir determinados objetivos.

Para Weber, o objeto de estudo da Sociologia é ação social, que trata da interação entre dois ou mais indivíduos na sociedade, sendo que estes agem tendo sempre o outro por referência. Em outras palavras, para que seja uma ação social, torna-se necessário ser uma ação compartilhada com outra pessoa, com uma perspectiva de comunicação ou de influência sobre o outro.

Assim, o sociólogo deve compreender a relação de sentido que a ação social apresenta. Nesse aspecto se constata a sofisticação da teoria weberiana, que visualiza o pesquisador com a necessidade de conhecer o fenômeno social e extrair o conteúdo que cada indivíduo atribui a suas ações, e então encontrar o sentido da ação. Nessa perspectiva, a Sociologia tem por função interpretar o significado da ação social, observando todo o percurso da ação, desde seu início até as consequências sociais por ela determinadas. Não se pode conceber um elemento independente da realidade que o originou; portanto, deve-se considerar a história em que está envolvido. Por isto, alguns autores intitulam Weber como historicista.

A função do sociólogo seria interpretar a realidade vivida pelos indivíduos na sociedade, significando sua ação. Para que o sociólogo apenas descreva o ato realizado por um indivíduo, é necessário o que Weber vai chamar de tipos ideais, que são conceitos criados pelo autor a partir da realidade social, que o auxiliam a selecionar ou a dar relevância aos aspectos mais importantes para compreender a ação social.

1.4.2 Sociologia Compreensiva

Weber chama a sua Sociologia de compreensiva por dois motivos. Primeiro porque considera que a mesma tem por função perceber a ação do indivíduo na sociedade e por ser o pesquisador também um indivíduo que pode entender o seu objeto, fato único nas ciências. E, segundo, quanto ao papel do sociólogo, que busca compreender o que levou o sujeito a escolher aquela e não outra opção. Nesse sentido, o indivíduo deve ser questionado pelo sociólogo sobre a sua opção.

Tal abordagem do problema significa que é preciso compreendê-lo como fato carregado de sentido, que ao ser exposto assinala para outros casos e em função deles poderia ser conhecido em toda a sua intensidade.

O método compreensivo objetiva entender o conteúdo das ações de um indivíduo, não num aspecto exterior, mas na ação de um ato possuidor de sentido, competindo ao pesquisador descobri-lo. Este fato não se consume, mas assinala novas direções que podem ser explanadas em uma série de significações sociais, na interação de duas pessoas:

Suponhamos uma pessoa que todos os dias, às oito horas da manhã, entra em uma instituição de ensino e sai às treze horas. Por si mesmo, esse fato nada nos diz. Cabe, portanto, ao observador estabelecer suas perguntas em relação ao fato e interpretá-lo. Sendo essa pessoa, por exemplo, um professor, podemos perguntar o que o leva a proceder dessa maneira todos os dias: a necessidade de obter salário para sobreviver, a prática de ensino como um ideal a ser realizado, a continuidade com uma atividade realizada há muito tempo por seus familiares (constituindo uma tradição familiar), o desejo de obter status perante a comunidade na qual convive. Enfim, várias podem ser as razões, dependendo do indivíduo em questão e da situação na qual é encontrado. O importante é que, ao desvendar uma ou mais dessas razões, o observador está estabelecendo o motivo daquela ação social, podendo demonstrar, a partir daí, qual o curso do seu desenvolvimento e suas consequências (LIMA; SILVA, 2009, p. 87).

Para Weber, os sentidos que modelam as ações sociais não poderiam ser entendidos somente a partir de um aparato metodológico das ciências naturais. Ele avalia que a procura nos fatos de uma regularidade causal obedece a um esquema que possui logicidade de prova, tendo nas Ciências Humanas quanto nas Ciências Naturais. Seguindo esta metodologia Weber constrói a partir da realidade, os denominados tipos ideais, que concebem generalizações de conceitos abstratos e obedecem à lógica da prova, estritamente ligados à realidade particular, ou seja, os tipos ideais se referem àquelas construções encontradas na realidade social que, apesar de serem individuais, repetindo-se no real, permitem ao pesquisador criar generalizações. Assim, se tornam idealizadas, refletindo as questões de dominação.

[...] a permanência de relações e práticas sociais mais diversas é garantida por relações de dominação. Dominador e dominado são personagens sempre presentes na Sociologia compreensiva. Sem o consentimento dos governados, o domínio dos governantes através do Estado seria impossível, assim como a própria existência do Estado. (LIMA; SILVA, 2009, p. 101).

Há três tipos de dominação para Weber:

- ✓ A dominação legal (racional-legal), tradicional e carismática, que significa a obediência do dominado a regras anteriormente estabelecidas.
- ✓ A dominação tradicional, segue a obediência em virtude de crença e aceitação de uma autoridade.
- ✓ A dominação carismática, que se relaciona à tradição e à obediência, segue a devoção afetiva dos dominados.

Weber pesquisou ainda a questão da dominação através dos estudos sobre a Sociologia da Religião, o que gerou aquele que é um dos seus trabalhos mais conhecidos, A ética protestante e o espírito do capitalismo, que aponta novas abordagens sobre o fenômeno religioso.

Neste trabalho, fez uma relação entre as ideias e as atitudes religiosas, relacionando-as às atividades e organizações econômicas. Observou como certos valores do protestantismo, como a disciplina ascética, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a propensão ao trabalho se tornaram um impulso para o desenvolvimento do capitalismo, exatamente por contrariar o catolicismo que incentiva a contemplação, a oração, o sacrifício e a renúncia da vida prática.

IMPORTANTE

Para Weber, a metodologia corresponde aos elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na observação da chamada ação social, o objeto da Sociologia.

Assim:

- Para o autor, as Ciências Sociais devem ter um método próprio de análise da realidade.
- Na pesquisa se exige uma neutralidade, alcançada de acordo com o quadro teórico usado pelo pesquisador.
- Desvia-se das explicações macro, portanto, recupera-se o indivíduo e seu discurso, que deve expor a sua vivência para o pesquisador.
- Há a necessidade de se desvendar o sentido e interpretar a ação social do objeto.
- A ciência quer chegar a uma verdade, mas, para Weber, cada ciência tem a sua verdade.
- São conceitos importantes para Weber: o desencantamento do mundo e a sociologia compreensiva.



Capítulo 2

Os Estudos Sociológicos em Educação no Brasil

Apesar de não existir consenso entre os autores sobre os marcos cronológicos do surgimento da Sociologia no Brasil, Berger divide este surgir em três fases: “[...] a pré-científica, a institucionalização e a fase científica propriamente dita”. (BERGER, 1976, p. 30)

Gomes (1994) coloca que a fase pré-científica começa com a importação de ideias europeias, como o positivismo, o evolucionismo e outros, que não consideraram o contexto do país. Assim, seus interesses são mais próximos das concepções de outro continente e elaboradas segundo estes pensamentos. Neste aspecto pode-se considerar que a Educação não era um dos focos de relevância de estudo.

Azevedo trata desse período:

Embora a educação não tenha sido foco de interesse para estudos sociológicos, houve uma tentativa (mal dirigida e mal sucedida) de utilizar a educação como meio de formar uma nova mentalidade, menos voltada para a tradição humanística que para as ciências positivas. Assim a Sociologia associada à moral, é incluída a primeira vez no currículo da escola secundária, por um curto período, embora sem efeitos práticos. (AZEVEDO, 1964, p.319).

A segunda fase da Sociologia no Brasil ocorre com a introdução do ensino da disciplina nos currículos de nível médio e superior. Segundo Gomes (1994), apesar de tardio em relação a outros países latinos, teve seu desenvolvimento associado ao processo de urbanização, industrialização e a certos laços da economia brasileira, como a emergência de novas classes sociais e novas atividades econômicas do período, entre 1928 e 1935.

O otimismo pedagógico, as influências da Escola Nova, a articulação da escola como panaceia, possibilitaram novas discussões e a colocação da Sociologia para atender as demandas nos cursos de formação de professores.

Para Fernandes (1997), a inserção da disciplina nos currículos escolares foi um momento decisivo para a Sociologia, pois este fato se relaciona à formação de *status* e a papéis sociais que colaboraram com a estruturação desta nova ciência. Também possibilitou que a pesquisa e o ensino fossem reconhecidos como carreira acadêmica, mesmo que nos cursos superiores os professores não tivessem uma formação a contento, quanto a Sociologia da Educação, Gomes declara:

A educação, porém, ao contrário do que se poderia esperar, não despertou grande interesse dos pesquisadores, delineando-se claramente a separação entre os educadores e os cientistas sociais, os primeiros se ocupando obviamente como seu campo, e os últimos pouco incursionando na educação. (1994, p.05)

Cândido (1973, p. 07) apresenta as principais tendências desse período:

- ✓ A tendência filosófico-sociológico, que se constituiu numa reflexão sobre o caráter social da educação, mais próxima da Filosofia e da Pedagogia;
- ✓ A tendência pedagógico-sociológica, desenvolvida com aspectos mais dirigidos ao funcionamento da escola e suas

relações com a comunidade. Expressando-se limitada quanto à pesquisa e à teoria, acabou afastando os educadores dos sociólogos;

✓ A tendência da chamada Sociologia da Educação, vista como ramo da Sociologia, apresentando um aprofundamento das linhas anteriores e analisando situações pedagógicas, abrindo assim caminhos para a pesquisa.

Em todas estas tendências, fica claro que houve um afastamento entre os educadores e os cientistas sociais.

Apenas a partir da década de 1950 a Sociologia se consolida e surge uma geração de sociólogos brasileiros, o que impulsiona a pesquisa e o ensino. Esta ciência começa a buscar a independência em relação à importação de ideias de outros países e começa a analisar os problemas sociais da realidade brasileira. Nesse momento surge o contexto da educação, um tema antes inexplorado e negligenciado pela Sociologia.

Nos anos 1960, a Sociologia começa a apresentar características de busca e modificação do real Gomes coloca:

Creeceram significativamente o volume de pesquisas e a variedade de seus temas, extravasando o âmbito universitário. Embora continuassem faltando estudos teóricos, os múltiplos problemas do desenvolvimento socioeconômico predominaram entre os assuntos estudados. Importantes contribuições foram feitas no sentido de criar conceitos e tipologias nacionais, como alternativa à aplicação indiscriminada à realidade brasileira de teorias e conceitos importados. (GOMES, 1994, p.09).

Também nesse período destaca-se a Universidade de São Paulo, onde diversos cientistas sociais demonstram interesse pelos problemas educacionais brasileiros e acabam por produzir grande quantidade de pesquisas de qualidade na área. Segundo Gomes (1994) esse interesse surge com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação que se encontrava em vias de aprovação. Essa tendência, entretanto, não teve continuidade,

devido ao declínio da industrialização substitutiva de importações, ao fim do nacionalismo e às novas perspectivas políticas e econômicas brasileiras.

Uma nova fase da Sociologia surge com a implantação dos cursos de pós-graduação, pois estes possibilitaram a pesquisa e o ensino realmente voltados a esta ciência. Contudo, a educação ainda não fez parte dos interesses dos cientistas sociais. As pesquisas voltam-se para estudos sobre política e legislação do ensino e a análise sociológica, no entanto, não ocorre, passando a ser percebida sem a necessária profundidade.

Nos anos 1990, surge um grupo de trabalho denominado Educação e sociedade na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, coordenado em um primeiro momento por Aparecida Joly Gouveia (GOMES, 1994). Começa a se originar um contato maior entre as Ciências Sociais e a Educação.

2.1 Fundamentos Teóricos da Sociologia da Educação

A Sociologia da Educação é guiada por teorias, ou, mais precisamente pela teoria que em determinado momento histórico é dominante, na área de Educação. Isto não significa que todas as pesquisas produzidas num determinado momento histórico são dirigidas por aquela teoria dominante, mas sim que na maioria das pesquisas feitas, o quadro teórico é aquele mais influente. Afinal, cada professor tem a teoria que lhe chega mais perto ao sentimento, ou seja, adota sempre a mais relacionada à sua experiência de vida.

Existem pesquisas produzidas com as mais diferentes teorias, mas pode-se afirmar que aquela que predomina naquele momento histórico, dá aos estudiosos a direção de suas pesquisas. Isto depende das relações de força entre os diferentes grupos sociais. Foi assim desde o surgimento da Sociologia no Brasil, que chega sob a bandeira do Positivismo.

As principais teorias que influenciaram e ainda influenciam a Sociologia da Educação foram o Positivismo, o Culturalismo e o Marxismo.

Para cada uma delas possuem diferentes compreensões sobre o que trata o fenômeno educacional na sociedade.

2.1.1 Positivismo

Comte sistematizou o método positivista. O principal e determinante elemento do Positivismo é a não separação entre o método de investigar a realidade entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais. Nessa perspectiva, o tratamento dado pelo biólogo a uma árvore, da qual ele não pode identificar seus sentimentos, deveria ser o mesmo método que o cientista social usaria para entender os fenômenos sociais.

O resultado desse método seria atribuir à natureza fenômenos que nascem do social, como por exemplo, a desigualdade social. Por este fenômeno, o Positivismo culpabiliza ao natural, afinal, em todas as sociedades pode-se constatar a sua existência, ou seja, a desigualdade social é natural.

Emprega-se um método singular:

Seu método de trabalho é o histórico genético indutivo, ou seja, observação dos fatos, adivinhando-lhes por indução de coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis, por via da consequência e correlação, fatos novos que escaparam da observação direta, mas que a experiência verificou. Este método é o método geral de raciocínio proveniente do concurso de todos os métodos particulares (dedução, indução, observação, experiência, nomenclatura, comparação, analogia, filiação histórica) que constitui, segundo Comte, o método objetivo. Mas, Comte usa também o que ele chama de método subjetivo, que resulta da combinação lógica dos sentimentos, das imagens e dos sinais. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 17).

Se a natureza é determinante para os fenômenos sociais, a sua observação pode mostrar a sua regularidade e, portanto, a lei que os faz se repetir indefinidamente. Ao criar leis que regulam os fenômenos

sociais, devem-se criar as condições para que possam ser controlados. Deste modo, qualquer fenômeno que surja repentinamente ou aqueles marginais à sociedade, podem e devem ser controlados por intermédio da Sociologia. Esta é a função da nova ciência que estuda a sociedade, exercer o controle sobre o social, para que a harmonia reine sempre entre os indivíduos.

Para fundamentar sua corrente filosófica antimetafísica, Augusto Comte, embasado nesse método, parte da premissa de que é no Estado Positivo que o espírito humano reconhece a impossibilidade de obter noções absolutas. Assim, renuncia a indagar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se consagrar unicamente a descobrir, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 18).

O método geral do Positivismo de Auguste Comte consiste na observação dos fenômenos, opondo-se ao racionalismo e ao idealismo, por meio da promoção do primado da experiência sensível, única capaz de produzir, a partir dos dados concretos (positivos), a verdadeira ciência (na concepção positivista), sem qualquer atributo teológico ou metafísico, subordinando a imaginação à observação, tomando como base apenas o mundo físico ou material.

O Positivismo nega à ciência qualquer possibilidade de investigar a causa dos fenômenos naturais e sociais, considerando este tipo de pesquisa inútil e inacessível, voltando-se para a descoberta e o estudo das leis (relações constantes entre os fenômenos observáveis). Para criar as leis o pesquisador deve observar seu objeto. As repetições dão ao pesquisador os instrumentos para supor que o fenômeno sempre se repete daquela maneira e que, por isso, há a necessidade de se criar uma lei.

A ideia-chave do Positivismo Comtiano é a Lei dos Três Estados, de acordo com a qual o homem passou e passa por três estágios em suas concepções, isto é, na forma de conceber as suas ideias e a realidade: um teológico, outro metafísico e o terceiro seria o positivo, que representaria no seu entender o auge a que qualquer sociedade poderia chegar. Representava o progresso social.

No estado teológico:

[...] Deus seria o centro de todas as referências humanas, a medida de tudo na sociedade. Nesse estágio o homem viveria um período de aculturação ainda incipiente que justificaria sua ligação coma divindade. Deus seria o regente da vida social e o homem a ele diretamente vinculado, fosse por meio da relação direta ou pela mediação do estado teocrático. (FERREIRA, 2001, p.37).

O estado metafísico:

[...] serviria de transição ao estado seguinte. Deus não seria mais o regente absoluto da vida social, e sim uma essência onipresente a ela. Nessa etapa os dogmas da fé anterior seriam profundamente questionados, pondo em dúvida seus fundamentos e dissolvendo o caráter orgânico de seu saber. Se o estágio anterior definiasse por ordem, este, por ser de transição revelava um sentido de progresso no percurso da civilização humana. (FERREIRA, 2001, p.37).

O estado positivo:

[...] encontraria sua expressão na sociedade capitalista moderna. O homem, partindo de uma concepção antropocêntrica se colocaria como regente da vida social. Esse estágio só se afirmaria em plenitude quando seu método, depois de edificada a física social, passasse a coordenar todos os domínios da Ciência [...] o espírito positivo forneceria os preceitos fundamentais para a concepção de uma unidade consensual para a nova ordem, assentada definitivamente, daquela hora em diante, na razão. (FERREIRA, 2001, p.37).

Para Comte as ciências abstratas englobam seis grupos: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia. Mais tarde, acrescenta a Estatística e a Moral, enquanto as concretas seriam a Mineralogia, a Botânica e a Zoologia, ainda não constituídas. Na parte especial, o Positivismo possui quatro aspectos que devem ser levados em consideração, que são, segundo Ribeiro Junior: aspecto psicológico, como parte da biologia, mas que Comte separa mais tarde; aspecto ontológico, “Comte nega as causas eficientes e finais, o infinito e o absoluto, para reconhecer apenas o relativo, o sensível, o fenomenal, o útil” (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 22), ou seja, para o Positivismo o absoluto é que tudo é relativo; aspecto sociológico e religioso “[...] que partem desde a divisão dos poderes sociais em material, intelectual e moral, exercidos por uma elite, isto é, os dirigentes”. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p.22)

O mesmo autor refere que como o Positivismo não aceita o conceito de classes no sentido marxista do termo, os dirigentes, ou seja, a elite deve ser mais capaz, influenciando em todas as instituições sociais por intermédio de seus componentes, formulando a teoria que dominará o pensamento hegemônico na sociedade.

Embasado na concepção biológica da Sociologia, Augusto Comte entende a sociedade como um organismo cujas partes constitutivas são heterogêneas, mas solidárias, pois se orientam para a conservação do conjunto. Assim, à semelhança do organismo, encontra-se nela uma divisão das funções especiais, onde se nota a presença da espontaneidade, da necessidade, da imanência e da subordinação de todas as suas partes a um poder central e superior. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 22)

Neste sentido a sociedade vive um processo evolutivo, se contrapondo à revolução pensada por Marx, mas a vê como um todo harmônico, conforme um organismo, em que cada um dos elementos convive harmonicamente, dando sentido ao outro.

Partindo da ideia de que a natureza humana evolui segundo as leis históricas, embora em si mesma não ocorra nenhuma transformação, isto é, existe uma base perene no homem frente ao elemento cambiante da sociedade. Comte divide o estudo da estrutura social em dois campos principais: o estudo da ordem social, que ele denomina de estática social, e o estudo da evolução da sociedade, que recebe o nome de dinâmica social. Enquanto a estática estuda o consenso (solidariedade) ou o organismo social em suas relações com as condições de existência, traçando a teoria da ordem, a dinâmica parte do conjunto para as particularidades, e determina o progresso geral da humanidade. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 23).

Nessa perspectiva comtiana, o progresso é caracterizado pela incessante particularização das colocações, como todo o desenvolvimento orgânico, para maior aprimoramento no progresso dos instrumentos particulares.

O Positivismo é a própria apologia da ciência no período. A decadência do domínio da religião, que impedia o desenvolvimento científico, vive-se no período posterior exatamente o oposto, a importância dada à ciência e as possibilidades que oportunizava à sociedade de alcançar o progresso.

O Evolucionismo de Charles Darwin confere à ciência o caminho que irá afetar todos os autores do período. A evolução é para o desenvolvimento da sociedade e, assim, o Positivismo dava o arcabouço teórico que justificava as relações sociais no período. A história europeia é o caminho a ser seguido por todas as sociedades, já que o progresso era inevitável e se expandiria pelo mundo.

E, nesta inovação, aplica o método indutivo das Ciências naturais às Ciências sociais para repudiar o romantismo do liberalismo laissez-faire, em favor do planejamento social. Como doutrina e método, o Positivismo passa a enfrentar a sociedade individualista e liberal, através da ordem e progresso, que Comte considerava fonte principal de todo sistema político. É nesta linha de raciocínio que Augusto Comte, partindo da noção de

solidariedade, apresenta uma política de paz e amor, substituindo a ideia sobrenatural do Direito pela ideia natural do Dever. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 24).

Direito significa obrigação de um para com o outro, Para August Comte a noção de Direito deveria obscurecer-se do domínio político, como a noção de causa do campo filosófico, pois elas se referem a vontades indiscutíveis.

O termo Ciência Política, usado por Saint-Simon, praticamente tem o mesmo significado que Comte deu à Sociologia. Aliás, ele emprega como expressões equivalentes “política positiva”, “filosofia social”, “teoria da evolução social”, “Ciência social”, “física social”, “Sociologia”. Para Comte, a Sociologia é a Ciência abstrata que estuda os fenômenos dos agrupamentos sociais. A Ciência política é a aplicação prática da Sociologia, estudando casos particulares, tendo, porém sempre em mira o ponto de vista moral. A política é a arte de bem aplicar os conhecimentos abstratos da Sociologia (saber para prever, a fim de prever). (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 25).

2.1.2 *Funcionalismo*

As raízes mais remotas do Funcionalismo nos remetem aos trabalhos do sociólogo inglês Herbert Spencer (1882-1903) e do francês Emile Durkheim (1855-1917). Spencer, fortemente influenciado pela notável emergência das Ciências Naturais, comparou as sociedades às estruturas vivas, tal como ocorre num organismo biológico qualquer. Assim, a ação de uma só parte do sistema social termina por alterar as outras na sua totalidade.

Para os funcionalistas, a sociedade está constituída por subsistemas (estruturas) que operam (funcionam) de modo interdependente. Cada um dos componentes do sistema, suas partes, tal como uma peça qualquer em relação a uma máquina, desempenham

papéis que visam contribuir para a estabilidade e a ordem social. Por isso tal abordagem, ou teoria, é chamada de Funcionalismo-estrutural.

A partir dessa visão totalizadora da sociedade, o passo seguinte é determinar os seus componentes básicos, formados pela economia, pelo sistema político, pela família e pelo sistema educativo em geral, com seus valores e crenças bem definidos. Sendo todos interdependentes e agindo no sentido de preservar a sobrevivência do todo, não há necessariamente uma hierarquia entre elas.

Para os funcionalistas, estes componentes atuam por interação, tendo capacidade de adaptação para enfrentar os imprevistos e as exigências de mudanças que possam surgir. Se, por uma razão qualquer, o sistema não apresentar a elasticidade necessária, a qualidade de adaptar-se ao movimento o tornaria disfuncional (expressão criada por Robert Merton), do mesmo modo que uma peça desgastada ou defeituosa põe em perigo o desempenho de um motor.

Teoria muito próxima do Positivismo, do qual absorveu diversas concepções que compõem seu método, o Funcionalismo foi alimentado pelas teses de Talcott Parsons (1968), para quem a sociedade e a cultura formam um sistema integrado de funções, onde sobressaem a estrutura e o sistema. Dentro da tradição positivista, o Funcionalismo sofre grande influência das Ciências Naturais, tendo como método a explicação das instituições sociais como meios coletivos para satisfazer necessidades biológicas individuais. Somente com o desenvolvimento teórico é que se concentrou nas maneiras como as instituições satisfazem necessidades igualitárias, por intermédio da solidariedade.

O Funcionalismo influenciou tanto a Sociologia quanto a Antropologia, num momento que o Behaviorismo, também resultado da fonte positivista, se impunha na explicação da realidade social. Apesar de não usar o termo cultura, todas as explicações de Parsons partem dos elementos culturais encontrados na sociedade, para criar um sistema harmônico, novamente um forte elemento proveniente do Positivismo, em que a sociedade é o encontro de diversos grupos e instituições sociais para

que haja uma estabilidade entre todas as suas instâncias. Por esse motivo, torna possível a identificação de um elemento histórico, mas também, que objetivam o mesmo fim, ou seja, chegar à fase mais desenvolvida da sociedade, o capitalismo.

Essa uniformidade faz com que qualquer transformação de um elemento promova uma mudança em outras instituições, comparando o sistema social ao sistema orgânico do corpo humano, em que cada órgão exerce uma função determinada. Essa comparação permite ver a estrutura da sociedade como um todo, ou seja, composta por quatro sistemas: o cultural, o social, o da personalidade e o do organismo, não no aspecto físico, mas o comportamental.

Neste sentido é que a alegoria do corpo humano com o sistema social torna cada uma das partes importantes no sistema, para alcançar a estabilidade social, objetivo máximo do Funcionalismo.

Entretanto, se qualquer elemento estiver em uma situação que provoque algum conflito, significa que não poderá pertencer mais ao sistema e, por isso, deverá ser extirpado para que tudo volte a funcionar, conforme é desejado socialmente, em harmonia no todo. Merton denomina este elemento como funcional ou disfuncional, relacionando ambos a pertencer ou não ao sistema, conferindo ainda: "O fato de a análise funcional poder ser vista por alguns como de natureza conservadora e por outros como de natureza radical sugere que ela pode ser nem uma nem outra". (MERTON, 1957, p.39).

O funcionalismo é criticado principalmente pelo Marxismo, como incapaz de se responsabilizar por mudanças sociais ou por contradições estruturais e conflitos e, dessa maneira, é frequentemente chamado de teoria do consenso, por não dar espaço aos elementos que surgem no processo social. A teoria evolucionária de Parsons descreve os sistemas e subsistemas de diferenciação e reintegração, causando, desse modo, menos conflito temporário ante a reintegração.

Críticos mais fortes incluem o argumento epistemológico de que o Funcionalismo tenta descrever instituições sociais apenas através de

seus efeitos e assim, não explica a causa desses efeitos, ou coisa alguma, e o argumento ontológico que a sociedade não pode ter necessidades como os seres humanos, e mesmo as possuindo, elas não precisam ser satisfeitas. As explicações funcionalistas podem todas ser reescritas como descrições históricas de ações e consequências humanas individuais.

Anterior aos movimentos sociais dos anos 1960, o Funcionalismo foi a visão dominante no pensamento sociológico. Depois a teoria de conflito desafiou a sociedade corrente, defendida pela teoria funcionalista. Conforme alguns opositores, a teoria funcionalista sustenta que conflito e disputa pelo *status quo* são danosas à sociedade, tendendo a ser a visão proeminente entre os pensadores conservadores.

Talcott Parsons (1968) foi certamente o sociólogo norte-americano mais conhecido em todo o mundo. Em geral, seus críticos entenderam-no como um pensador conservador. Apresentava-se preocupado basicamente com o bom ordenamento da sociedade, sem ter muita tolerância para com a desconformidade ou a dissidência dos que podiam manifestar-se contra ela. Sua obsessão era determinar a função que os indivíduos desempenhavam na estrutura social visando a excelência das coisas. Era um estudioso da estratificação social, não da mudança ou da transformação. Considera-se que a visão social dele tenha sido influenciada diretamente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, um funcionalista fortemente marcado pela Biologia, fato que explica verem em Parsons um admirador da organização de um formigueiro, no qual o papel dos sujeitos (das operárias à rainha-mãe) esta devidamente pré-determinado e ordenado em função da manutenção e do aperfeiçoamento de um sistema maior.

Visto que a análise funcional estuda as contribuições feitas pelo fenômeno sociocultural para os sistemas socioculturais dos quais fazem parte, muitos funcionalistas argumentam que instituições sociais são funcionalmente integradas para formar um sistema estável e que uma mudança em uma instituição irá precipitar uma mudança em outras

instituições. Isso é expresso por Durkheim e outros como uma analogia orgânica.

O Funcionalismo, nascendo como uma alternativa a explicações históricas, foi uma das primeiras teorias antropológicas do século XX, até ser superada pela análise estruturo-funcional ou Estrutural-Funcionalismo.

O Estrutural-Funcionalismo tem a visão de que a sociedade é constituída por partes (por exemplo: polícia, hospitais, escolas e fazendas), cada uma com suas próprias funções e trabalhando em conjunto para promover a estabilidade social. Esta corrente foi a perspectiva dominante de antropologistas culturais e sociólogos rurais entre a II Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã. Juntamente com a teoria do conflito e o Interacionismo, o Funcionalismo é uma das três principais tradições sociológicas.

Uma função social é, segundo Houlst: [...] “a contribuição feita por qualquer fenômeno a um sistema maior do que o que o fenômeno faz parte”. (HOULT, 1969, p. 139) Esse uso técnico não é o mesmo da ideia popular de função como um evento/ocasião ou uma obrigação, responsabilidade, ou profissão. Uma distinção, primeiramente feita por Robert K. Merton, é feita entre funções evidentes e funções latentes (MARSHAL, 1994, p.190) e também entre funções com efeitos positivos (funcionais ou positivamente funcionais) e negativos (disfuncionais). Houlst afirma que “Qualquer enunciado que descreva uma instituição como sendo ‘funcional’ ou ‘disfuncional’ para os homens [sic] pode ser prontamente traduzido sem perda de significado para um que se diz ‘recompensadora’ ou ‘punitiva’”.(HOULT, 1969, p. 139)

A alternativa funcional (também chamada equivalente funcional ou substituto funcional) indica que, “assim como o mesmo item pode ter múltiplas funções, a mesma função também pode ser diversamente representada por itens alternativos” (MERTON, 1957, p. 33-4). Assim, o conceito pode convir como um remédio para “as suposições injustificadas da indispensabilidade funcional de estruturas sociais particulares” (MERTON, 1957, p. 52).

No entanto, Durkheim usou uma forma radical de socialismo corporativo juntamente com explicações funcionalistas, o Marxismo reconhece as contradições sociais e utiliza explicações funcionais, e a teoria evolucionária de Parsons descreve os sistemas e subsistemas de diferenciação e reintegração desse modo causando menos conflito temporário ante a reintegração. Para o autor, “[...] o fato de a análise funcional poder ser vista por alguns como de natureza conservadora e por outros como de natureza radical sugere que ela pode ser nem uma nem outra” (MERTON, 1957, p. 39).

Jeffrey Alexander e Colomy (1985) discernem o Funcionalismo como uma ampla escola e não como um método ou sistema específico. Entretanto, Parsons sustenta que este é capaz de tomar o equilíbrio (estabilidade) como ponto de referência ao invés de hipótese e trata a distinção estrutural como principal forma de modificação social. Cohen argumenta que mais do que necessidades, ela apresenta fatos tendenciais: propriedade do espaço social que ampara a essência de instituições sociais particulares, mas não as causa.

Hoult define o Funcionalismo como: “a perspectiva utilizada para analisar a sociedade e seus componentes característicos enfocando a mutua integração e interconexão deles”. (HOULT, 1969) Esta corrente analisa o percurso que o procedimento social e as disposições institucionais elaboram para a eficaz manutenção do equilíbrio da sociedade. O aspecto principal é antagônico às máximas alterações sociais.

Talcott Parsons, além de difundir a obra de Max Weber, bem como realizar sua tradução nos Estados Unidos, foi, antes de tudo, o intelectual orgânico das novas técnicas produtivas tomadas pelas indústrias: o taylorismo e o fordismo. Em suas ações, tal qual um capataz de fábrica ou um engenheiro de produção, observava qualquer diferença, como uma crítica, um protesto ou greve, como uma perturbação, um desvio ou uma doença que atrapalharia o todo. Para ele, o sistema, como qualquer outro corpo biológico, não só era estável como buscava ser harmonioso, equânime e consensual, tendo manifestado hostilidade

à perturbações desencadeadas por ataques de elementos estranhos ao sistema. Aquilo que não se adequava ao sistema era considerado como se fosse uma doença que deveria ser tratada para alcançar a sua cura. Isso mesmo, era usada toda uma linguagem que se identificava com as Ciências Naturais.

Conceitos como adaptação, integração, manutenção, utilizadas por Talcott Parsons, estabelecem-no no campo conservador do pensamento sociológico, um visualizador da política de conformismo, jamais como instrumento da transformação. Sua teoria privilegiou a coesão, a adaptação e a estabilidade familiar.

2.1.3 *Fenomenologia*

Pode-se considerar que a Fenomenologia surge como um questionamento no modo científico de pensar, como uma crítica à metafísica e à utilização dos métodos de investigação utilizados pelas Ciências Naturais na investigação das Ciências Humanas. Este questionamento vem a reformular a compreensão de conceitos básicos, como o de homem e de mundo.

A discussão acerca desta compreensão atinge seu ápice na obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger (1989), que questiona um conceito fundamental em ciência: o sentido do ser, no qual todas as teorias se fundamentam. Nesse sentido, Heidegger (1989), evidencia que a Fenomenologia compreende a verdade com um viés de provisoriedade, mutabilidade e relatividade, totalmente diversa do entendimento da Metafísica, que implica a verdade una, estável e absoluta. Por esta leitura, pode-se afirmar que a Fenomenologia é uma postura ou atitude, se compondo como um modo de compreender o mundo, e não uma teoria, ou seja, um modo de explicar.

Heidegger apresentou um modelo de conhecer as coisas do mundo, diferente do modo metafísico. Para o autor, compreender o mundo fenomenologicamente torna-se uma tarefa complexa. Por seu

próprio modo de ser, não existe um caminho sistemático de aprendizagem da postura fenomenológica, a não ser pela exaustiva leitura das obras de seus diversos autores.

A Fenomenologia dirige o seu olhar para o fenômeno, ou seja, para a relação sujeito-objeto (ser-no-mundo), o que de certa forma rompe com o conceito clássico.

Contra-pondo-se à Metafísica, a Fenomenologia se preocupa com os fenômenos naturais, mais precisamente óbvios, que encontram-se na ação humana, portanto estreitamente relaciona ao dia a dia humano. Ocorre certa preocupação com essa experiência tentando-se encontrar o seu sentido, fundamentado-se principalmente nos fatos descritos da vida social. Preocupa-se com a vivência de cada um no seu cotidiano. Segundo Schrader o enfoque metodológico deve fornecer para um caráter filosófico-crítico que tem como seus elementos fundamentais encontrados na prática social:

- opera-se intencionalmente voltado aos princípios subjacentes à ação humana, perguntando-se sobre o racional e o irracional na realidade social;
- a valorização do objeto de investigação não é excluída, mas colocada conscientemente no início do processo de investigação: a racionalidade é tida como um dos valores fundamentais do pensamento e da existência ética humana. (SCHRADER, 1974, p. 74).

Conforme afirma Triviños (1987, p. 42), assim como com o Positivismo, a Fenomenologia, ao ser apropriada por diversos autores, adquire novas nuances certas peculiaridades, produzindo diversas mudanças na compreensão do método. Um destes autores citado por Triviños foi Husserl, que pretendia tornar a fenomenologia uma ciência rigorosa. Somente mais tarde houve uma mudança no pensamento de Husserl levando-o a entender a Fenomenologia como uma investigação do que ele denomina como mundo vivido pelos sujeitos considerados isoladamente:

A filosofia como “ciência rigorosa” deveria ter como tarefa estabelecer as categorias puras do pensamento científico. Para alcançar este objetivo, Husserl falou de “redução fenomenológica”. Através desta, na qual o fenômeno se apresentava puro, livre dos elementos pessoais e culturais, chega-se a um nível dos fenômenos que se denomina das essências. Desta maneira, a fenomenologia apresenta-se como um “método” e como um “modo de ver” o dado. (TRIVIÑOS, 1987, p. 42).

O que se pretende com a redução ou *epochê* é tornar o fenômeno sem nenhum elemento que venha a interferir em sua exposição, para se chegar a sua essência. Isso acontece a partir do que Coltro (2000) apresenta como as seguintes regras para a *epochê* ou redução eidética, sendo tais regras de natureza negativa:

- a) Eliminação do subjetivo: assumir atitude objetiva frente ao dado;
- b) Exclusão do teórico: eliminação momentânea de toda hipótese, teoria ou qualquer conhecimento prévio;
- c) Suspensão da tradição: exclusão das tradições das ciências e das autoridades humanas (COLTRO, 2000, p.43).

As demais são positivas, que seguem o mesmo patamar: d) ver todo o dado, e não somente alguns aspectos do objeto; e) descrever o objeto, analisando as suas partes (COLTRO, 2000, p. 43).

Neste sentido é que Husserl apresenta como uma forma de aplicação de um estudo da realidade, uma denominada intencionalidade: “A ideia fundamental, básica, da fenomenologia, é a noção de intencionalidade. Esta intencionalidade é a consciência que sempre está dirigida a um objeto. Isto tende a reconhecer o princípio que não existe objeto sem sujeito”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

Para Triviños (1987), a importância do conceito de intencionalidade, para a Fenomenologia, é fundamental, ao pensar que a vivência e a consciência são ideias básicas nessa filosofia. Ainda que

Husserl adote que existem vivências não intencionais, é preciso recordar que as essências aparecem como processos de reduções fenomenológicas que se iniciam com a intuição das vivências.

Nesta linha seguida por Heidegger, Husserl coloca em questão a existência do conhecimento. Daí ele se pergunta como pode o conhecimento alcançar algo em toda a sua plenitude? Assim, Triviños se pergunta sobre do que se trata a fenomenologia:

A fenomenologia é o *estudo das essências*, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se e possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir da sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em “suspensão”, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas também uma filosofia segundo a qual o mundo está sempre “ai”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço esta em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo para lhe dar enfim um status filosófico. É uma ambição de uma filosofia que pretende ser uma “ciência exata”, mas também uma exposição do espaço, do tempo e do “mundo vivido”. É o ensaio de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração com sua gênese psicológica e com as explicações causais que o sábio, o historiador ou o sociólogo podem fornecer dela; entretanto Husserl, em seus últimos trabalhos, menciona uma “fenomenologia genética” e mesmo “uma fenomenologia construtivista” (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

O autor cita que para Husserl trata-se de descrever e não de explicar, nem analisar. A primeira conotação de Husserl dada à fenomenologia foi primeiramente o desmentido da ciência. Tudo o que se sabe do mundo, sabe-se através da visão pessoal ou de experiências sem as quais os símbolos da ciência nada significariam. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido (TRIVIÑOS, 1987).

A Fenomenologia possui também um caráter específico. Em nenhum momento de sua análise, esta metodologia enfoca a historicidade dos fenômenos, isolando o fenômeno em sua essência. Essa dimensão a-histórica tem colocado a Fenomenologia como alvo de críticas, principalmente pelos que consideram as características do desenvolvimento social, econômico e cultural, como vital para uma pesquisa.

2.1.4 Marxismo

Objetivando entender o capitalismo, Marx produziu obras de Filosofia, Economia e Sociologia, tencionando propor uma ampla transformação política, econômica e social. A principal obra de Marx, *O Capital*, não é diretamente sociológica, afirma-se ser econômica, entretanto, não se pode dizer que os textos de Marx supõem somente uma ciência, mas abrange várias ciências devido à amplitude de suas análises.

Karl Marx desenvolveu a teoria marxista partindo da análise crítica e científica do capitalismo. Não havia um direcionamento de como seria uma sociedade ideal, contudo, buscou compreender a dinâmica do capitalismo. Nesse sentido, pesquisou suas origens, a acumulação de capital, as relações da produção, e suas contradições.

Os princípios básicos que basearam o marxismo podem ser resumidos em três teorias centrais: a teoria da mais-valia, a teoria da luta das classes e a teoria do materialismo histórico.

É necessário elucidar alguns termos da fundamentação econômica, por se constituírem como peças básicas de interpretação. Na verdade, se produziu uma visão principalmente econômica da sociedade, precisamente porque Marx acreditou que a compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência às maneiras como os homens produzem sua sobrevivência material. Isso ocorre por que a economia gera instituições e relações que se tornam justificativas para o sistema enquanto um todo.

Marx sofreu influência da filosofia de Hegel, e do seu contato com o pensamento socialista francês e inglês do século XIX. Destacava o pioneirismo desses críticos da sociedade burguesa e reprovava o utopismo de suas propostas, pois para ele as ciências que dão conta da realidade social devem partir para suas análises da realidade social. As três teorias tinham como traço comum o desejo de impor de uma só vez a transformação social total, implantando, assim, o império da razão e da justiça eterna.

Em suas teorias, Marx desenvolveu o conceito de alienação mostrando que a industrialização, a propriedade privada e o assalariamento separavam o trabalhador dos meios de produção, que passavam a pertencer ao capitalista, tornando o trabalhador dependente do mercado para manter sua sobrevivência. De acordo com o autor, politicamente o homem também se tornou alienado, pois o princípio da representatividade, que é a base do liberalismo, estabeleceu o conceito de Estado como um órgão político imparcial, que representa toda a sociedade e a administra através do poder que lhe é confiado pelos indivíduos.

Marx proclamava a inexistência de igualdade natural e observava que o liberalismo vê os homens livres das evidentes desigualdades sociais. Para o autor as desigualdades sociais observadas no seu tempo eram geradas pelas relações de produção do sistema capitalista. Esta relação dividia os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção, caracterizando relações de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre as classes.

Para Marx e Engels: “A história de todas as sociedades que já existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classe”. (MARX, ENGELS, 1988, p.07). Assim, a luta constante entre interesses opostos sempre ocorreu, embora esse conflito nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada. As divergências, oposições e antagonismos de classes se encontram em toda relação social, em todos

os níveis da sociedade, em todos os tempos, desde que surgiu a propriedade privada.

O autor considera que o trabalho é capaz de provocar mudanças nos homens que o exercem. Ao criar um produto o homem modifica a natureza e se modifica da mesma forma. O tempo de trabalho se estabelece relacionado às habilidades individuais médias e às categorias técnicas que vigoram na sociedade. De acordo com a análise de Marx, a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção. Denomina-se mais-valia ao valor que o trabalhador cria para além do valor de sua força de trabalho, sendo esta, em termos sociológicos, a alma do capitalismo, porque nisto decide sua teoria e prática da desigualdade social.

O trabalhador é recompensado pela sua força de trabalho com um salário cujo valor apenas lhes fornece a sobrevivência, ou seja, permite tão somente repor ou reproduzir sua força de trabalho. Contudo, o que o trabalhador produz, vale mais do que o que recebe em forma de salário. Aquilo que é tomado pelo dono dos meios de produção, se chama apropriação do excedente de trabalho.

Marx constata que as diferenças entre as classes sociais não são apenas uma diferença quantitativa de riquezas, mas também uma diferença de existência material. Os sujeitos de uma mesma classe social compartilham de muitos posicionamentos como valores, comportamentos, regras de convivência e interesses, seguidas de diferenças na distribuição de poder.

Os operários que se encontram alienados pelos interesses da burguesia, observam as classes econômicas dominantes que desenvolveram formas de dominação política, apropriam-se do poder do Estado e, com ele, legitimam seus interesses sob a forma de leis e de planos econômicos e políticos.

O Estado assume um valor fundamental na produção intelectual marxista, pois na visão do autor, o Estado é o representante da burguesia com o objetivo de defender o capital. Por intermédio de seus

aparelhos ideológicos e repressivos, o Estado afasta qualquer ameaça ao poder do capital.

Para Marx as condições específicas de trabalho geradas pela industrialização tendem a promover a consciência de que há interesses comuns para o conjunto da classe trabalhadora e, conseqüentemente, tendem a impulsionar sua organização política para a ação. Esta classe, portanto, vivendo numa mesma situação onde sofre grande empobrecimento em função da exploração, acaba por se organizar politicamente. Através da organização é que ocorre a tomada de consciência da classe operária e a sua mobilização para a ação política.

Partindo do princípio de que a estrutura de uma sociedade é refletida na forma como os homens organizam a produção social de seus bens, essa produção, agrega dois fatores: as forças produtivas, que constituem as condições materiais de toda a produção, e as relações de produção, que são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva.

As maneiras como estas se constituem são chamadas de modo de produção. O estudo do modo de produção é fundamental para se compreender como se organiza e funciona uma sociedade. As relações de produção, nesse sentido, são consideradas as mais importantes relações sociais.

O materialismo histórico dialético foi a teoria do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. Apresenta-se como uma metodologia de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Esta rejeita a existência de um princípio espiritual ligando toda a realidade à matéria e às suas modificações, e coloca-se como um enfoque metodológico para o estudo da sociedade, da economia e da história.

A análise materialista histórica inicia-se pelo princípio de que a produção e a troca de mercadorias são a base da ordem social existente em todas as sociedades desde o surgimento da propriedade privada. Nesse

aspecto, a classificação destes produtos, agrupada com ela à divisão dos homens em classes sociais, é determinada pelo modo de produção e de troca de mercadorias.

Quanto à dialética, os elementos do esquema básico deste método são a tese, a antítese e a síntese.

A tese pode ser concebida como uma afirmação ou situação primeiramente produzida. A antítese é uma oposição à tese. Do conflito entre ambas, ou seja, entre a tese e a antítese surge a síntese, que se coloca como uma nova circunstância carregada dos elementos que resultaram desta ação.

As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo indústria (MARX, 1847, s/p).

O materialismo histórico dialético surge posteriormente a publicação do Manifesto Comunista de 1848, por Karl Marx e Friedrich Engels, entretanto a obra de Marx *A miséria da Filosofia* (1847) já descrevia seu início. Em outras obras de Marx e Engels, também se percebe a utilização desta mesma teoria, e ainda em outros autores, como Rosa Luxemburgo e Lênin.

Através do pensamento marxista-socialista expresso nos livros que foram publicados por Marx e Engels (em contraposição ao surgimento da sociedade capitalista-industrial do século XIX). Pode-se afirmar que o materialismo histórico dialético surgiu com a necessidade de um pensamento que visualizasse a realidade de modo desigual, sendo esta teoria oposta à concepção idealista da História.

Segundo a concepção marxista, não pode haver educação livre e universal enquanto houver classes sociais. A Educação pode se apresentar com disfarces sutis, mas a escola é um instrumento de

dominação. É necessário ainda que se visualize a Educação como fator de mudança social.

2.1.4.1 O neomarxismo

A construção de uma nova teoria com viés marxista surge da união do marxismo com outras fontes de bases muito ecléticas. Este movimento surge no início do Século XX com o intuito de unir estas teorias, para entender o funcionamento da sociedade atual. Na educação, esta teoria apresenta abordagens riquíssimas. Gomes destaca:

O marxismo tem ensejado uma extensa gama de interpretações ortodoxas. Muitos autores combinaram a teoria marxista com outras fontes e construíram suas teorias nessas bases ecléticas. Em consequência, o campo da educação tem apresentado um sem número de contribuições divergentes. (GOMES, 1994, p.50).

Considerando a complexidade e a extensão das abordagens neomarxistas na educação, apresentamos o trabalho de alguns autores.

2.1.4.1.1 Louis Althusser

A teoria de Althusser é controversa. Ele é considerado como reprodutivista, porque não vê possibilidades de mudança social. Fato bem observado em sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Nascido na Argélia, foi para Paris estudar num momento em que foi convocado para lutar na Segunda Guerra. Aprisionado, passou cinco anos num campo de concentração alemão.

Depois da prisão, retornou à Universidade, aparecendo no cenário acadêmico em 1965 com a publicação de seu livro *A favor de Marx*, que criticava o dogmatismo marxista durante o período stalinista, resultado de anos de estudo de Marx, quando criticou a influência de Hegel nos intelectuais do ocidente.

A análise de Althusser se refere ao poder da ideologia nas instituições sociais, inclusive na escola, que, em sua opinião, é a instituição que substituiu a Igreja católica do período feudal na reprodução do pensamento no sistema capitalista.

Para Althusser, o que estava em jogo não era a casualidade expressiva, mas estrutural. Ele defendia o argumento de que o nível econômico ou a região de relações de produção é sempre determinante, em última instância. Contudo, fez ressalvas a seu próprio raciocínio, afirmando que, em certos modos de produção, outras regiões podem ser dominantes (LÓPEZ, 2009, p. 14).

Suas posturas reprodutivistas e a falta de perspectivas apontadas pelo autor na sociedade capitalista provocaram amplos debates no final da década de 1970.

Com forte base teórica, Althusser expôs sua teoria de forma a focalizar a educação dentro de uma visão global do capitalismo, pois buscava questionar como as condições de produção se reproduzem. Afirmava que toda formação social deve reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. O autor coloca que uma destas forças produtivas é o trabalho, sendo que este assegura suas condições de reprodução pelo salário e pela força de trabalho, porém para que esta ação ocorra adequadamente, é necessário que se utilize outro instrumento:

[...] a reprodução é assegurada pelos salários, mas além da reprodução física, a força de trabalho precisa ser competente. Para isto as escolas se constituem nos lugares onde os alunos aprendem conhecimentos e técnicas, bem como normas de comportamento. Estas normas são ensinadas conforme a classe social do aluno: se pertencente à classe dominante, a escola o ensinará a manipular a ideologia; se pertencente à classe dominada, ser-lhe-á ensinada a submissão à ideologia (GOMES, 1994, p.51).

Para Althusser, a educação é vista como instrumento de reprodução do pensamento do sistema capitalista, onde as pessoas são moldadas e manipuladas.

2.1.4.1.2 *Pierre Bourdieu*

Respeitado como um dos grandes sociólogos contemporâneos, foi autor de uma vasta obra nas Ciências Humanas. Bourdieu dirigiu revistas, publicou cerca de 40 livros e 400 artigos. Elaborou diversos conceitos que representam a realidade atual como o *habitus*, capital cultural, campo, violência simbólica, os quais possuem uma forte presença na produção sociológica atual.

Com Jean-Claude Passeron, outro sociólogo de origem francesa, Bourdieu publicou uma das obras obrigatórias sobre a educação, lançado no Brasil em 1975, denominado *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Nela, analisam as implicações do processo educativo na França, indicando como a educação tem um papel fundamental na reprodução da sociedade capitalista. Este posicionamento encontrado na obra, fez com que enganosamente se classificasse Bourdieu com um sociólogo reprodutivista.

É de autoria deste pesquisador a obra *A distinção*, publicada em 1979, eleita pela Associação Internacional de Sociologia como a sexta mais importante obra científica de Ciências Sociais do século XX.

Em sua vida pessoal, Bourdieu sempre esteve envolvido em movimentos sociais. Oriundo de uma família de classe média baixa do sudoeste da França, realizou seus estudos de Filosofia, mesmo tendo que interrompê-los para prestar o serviço militar na Argélia, onde iniciou sua carreira acadêmica, posteriormente desenvolvida na França, nos centros de pesquisa e auditórios, onde exibia suas reflexões sobre a sociedade.

O foco da Sociologia deste autor é mantido nas relações de poder na sociedade moderna, apresentando que a “[...] dimensão simbólica de dominação contribui para a manutenção e intensificação das

desigualdades sociais, mascarando as realidades sociais, econômicas e políticas subjacentes". (SWARTZ, 2009, p. 54).

Descreve, investiga e debate as relações de poder que o simbolismo exerce na sociedade e como este conceito é agente fundamental na reprodução da cultura e da estrutura social.

Bourdieu inspirou seus estudos em Weber, apesar de usar em sua Sociologia elementos durkheimianos e marxistas. Esta utilização de diferentes correntes foi motivo do autor ter sofrido diversas críticas, pois o contexto social e histórico do período exigiam que os intelectuais seguissem certa coerência teórica, ou seja, que usassem como instrumento de explicação da realidade somente uma das linhas teóricas entre as três conhecidas.

2.1.4.1.3 *Antonio Gramsci*

Foi um dos fundadores do Partido Comunista. Escreveu grande parte de sua obra na prisão, durante o regime italiano de Mussolini, sendo que o cárcere influenciou seus textos.

Um dos principais conceitos deste autor é a ideia do movimento entre a infra e a superestrutura. Ao contrário da ideia linear de Marx, sua visão era mais global, como afirma Gomes:

Para ele, a infraestrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, de tal modo que o conjunto complexo e contraditório da superestrutura reflete o conjunto das relações sociais de produção [...] a infraestrutura e a superestrutura mantem uma dependência mutua entre forças materiais e ideologias. O poder da classe dominante exprime as relações econômicas vigentes, porém depende da difusão de certos valores. (GOMES, 1994, p. 56)

Para Gramsci, o Estado em regime liberal apresenta-se numa união dialética entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo que esta última exerce dominação através da imposição de normas e imposição

coercitiva, como a polícia, as forças armadas e as prisões. A sociedade civil utiliza a ideologia e a cultura para a disseminação de ideias. Esta é a forma como uma classe consegue exercer o controle e o domínio sobre outras. Essas formas de dominação, as quais podem ser explicadas através da força e do consentimento, Gramsci conceitua de hegemonia (GRAMSCI, 1981).

Além do conceito de hegemonia, Gramsci pensou outros conceitos importantes, como sua própria interpretação de Estado, intelectuais orgânicos, intelectuais tradicionais, intelectual coletivo, intelectual transformador e contra hegemonia. Seu conceito de contra hegemonia trata especificadamente da questão educacional. Para ele a escola burguesa age de acordo com os interesses desta classe, nunca servindo à hegemonia proletária. Gramsci coloca que ao criar a contra-hegemonia fora das escolas do Estado se possibilitaria a formação dos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1981).

Concebia a escola num conceito muito superior à mera escolarização, Para ele a escola deveria ser emancipatória, a base de uma educação política, além de ensinar os conteúdos e a instrução. Segundo Gomes:

Estabelecida a contra hegemonia, a instituição que convém à nova cultura é a escola única para todos. Esta escola unitária mantida pelo Estado daria uma educação comum até os 15-16 anos de idade, envolvendo todos os grupos sociais, conduzindo à abolição da divisão social do trabalho e à maior mobilidade ocupacional dos trabalhadores. Para facilitar o acesso à escola deveria haver uma rede de auxílios à infância e outras instituições (...) o sistema educacional incluiria ainda universidades e academias. As últimas teriam papel de grande relevância, pois devotariam a uma espécie de educação permanente para todos como elaborariam uma cultura nacional homogênea. (GOMES, 1994, p.59)

Para Gramsci a transformação da sociedade viria através da Educação.

IMPORTANTE:

- ✓ As principais correntes teóricas da Sociologia da Educação são o Positivismo, o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Marxismo.
- ✓ Os autores destas correntes teóricas influenciaram o pensamento sociológico de autores do mundo todo.



Capítulo 3

Sociologia do Trabalho

O trabalho é o tema básico da Sociologia, segundo constatação dos sociólogos clássicos desta ciência. Entretanto as transformações vividas pelo trabalho desde a Revolução Industrial engendraram que o trabalho viesse a tomar as mais diferentes formas na sociedade dominada pelo capital. Essas transformações pelas quais passou o trabalho, não significam que a vida dos trabalhadores tornou-se mais fácil, pelo contrário, os níveis de exploração do trabalho ficaram cada vez mais sofisticados e assumiram formas trágicas.

Não é necessário acrescentar mais nada além da necessidade de haver, no Brasil, uma Secretaria de Direitos Humanos que frequentemente desvende relações de trabalho escravo no Brasil. Pior ainda considerar-se que os sujeitos que praticam tais atos estão vinculados ao Estado, e, em alguns casos, são representantes do povo por intermédio de votos daqueles mesmos que escravizam.

A Sociologia do Trabalho é a reestruturação produtiva a partir da desconstrução do Estado de Bem Estar Social¹, substituído pelo Estado Neoliberal². Esta reestruturação tinha por objetivo retirar o Estado da interferência na economia, fazendo com que as relações entre donos do

capital e trabalhadores fossem resolvidas seguindo as leis do mercado. Isto é o que os economistas chamam de Estado Mínimo.

A desconstrução do Estado de Bem Estar Social tem início com a crise de energia nos anos 1970, quando os países desenvolvidos passaram a refletir sobre os limites que encontramos com relação ao que a natureza tem a oferecer ao homem. Não se podia continuar produzindo indefinidamente, pois a natureza não se desenvolvia tão rapidamente quanto o homem a explorava.

O processo de reestruturação das atividades produtivas, principalmente a partir da década de 1970, inclui inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho. O resultado tem sido um aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 08).

Os limites foram colocados e passou-se a refletir sobre o meio ambiente e a produção de bens sociais limitada. A produção deveria obedecer às necessidades da sociedade, mas na realidade serviu simplesmente de armadilha para tornar a vida do trabalhador cada vez mais difícil.

A cultura do trabalho eterno, ou seja, a dependência desde jovem até a aposentadoria, findou. O que veio substituir é a terceirização

¹ Estado de Bem Estar Social é produto das relações entre trabalhadores e o capital, quando diante de uma crise do capitalismo, o Estado assume diversos serviços que deveriam ser pagos pelos trabalhadores caso tivessem um salário adequado, mas para que o lucro do capital não diminuisse, são oferecidos educação, moradia, saúde, segurança, aposentadoria, etc.... Na realidade em parte pagas pelo próprio trabalhador através de descontos em seus salários. No Brasil, o Estado de Bem Estar Social foi bastante tímido se comparado aquele existente nos países europeus.

² O Estado Neoliberal trata-se da desconstrução do Estado de Bem Estar Social. Denominado também de Estado Mínimo, seria a saída do Estado no oferecimento de serviços aos trabalhadores, deixando que sejam oferecidos dependentes das leis do mercado, ou seja, pagos de acordo com o que é oferecido no mercado.

da economia, em que os trabalhadores passaram a exercer seu ofício com contratos que não proporcionavam nenhuma segurança para si e suas famílias, onde as atividades terminam com a produção, alinhando-a ao número de trabalhadores.

A exigência de maior competitividade vem introduzindo estratégias de racionalização e redução de custos, com sérias consequências para os níveis de emprego. Postos de trabalho que tradicionalmente garantiam estabilidade, se reduziram drasticamente. A insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado com um vínculo formal de emprego. Formas precárias de trabalho, de subcontratação agora, são a norma, incorporando-se às práticas das empresas. Fragilizou-se a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores. O desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo pobreza e desesperança e o trabalho informal tornou-se uma alternativa frequente entre os excluídos do mercado de trabalho formalizado, principalmente nos países subdesenvolvidos (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 10).

Enquanto as relações de trabalho se tornam cada vez mais frágeis, tornam delicadas as instituições que protegem os trabalhadores. Muitas vezes, como no Brasil, alinhadas ao poder, estas instituições acabam por deixar o operário entregue às relações do mercado. O empregado precisa se confrontar com o dono do capital, o que não ocorre com facilidade, pois o trabalhador é inferiorizado diante do poder do capitalista.

O crescimento do capital acontece mediando outros crescimentos dentro da sociedade, facilitando o movimento do próprio capital. Um exemplo disso é a globalização, que ocorre tornando o movimento entre uma sociedade e outra facilitada, democratizando os meios de transporte, barateando-os. Quando a produção se torna globalizada, as grandes fábricas desaparecem. Surgem as montadoras, que recebem produtos de todo o mundo, mais precisamente, de onde a

produção é mais barata, passando a dividir a produção entre o trabalho vivo (alguns poucos trabalhadores) e o trabalho morto (máquinas e robôs) na linha de montagem. A produtividade aumenta.

Fala-se ainda em “globalização” da produção industrial. De fato, as empresas multinacionais, em busca de maiores taxas de lucro, passaram a estender sua presença por regiões geográficas e econômicas que oferecem uma força de trabalho com salários baixos e menos dispêndios com benefícios sociais (RAMALHO; SANTANA, 2004, p.09).

A produtividade, elemento estreitamente ligado ao sistema capitalista, é uma exigência permanente do sistema e requer pesquisar melhores formas de exercer a atividade produtiva. Quanto maior a produtividade, mais trabalho morto e menos trabalho vivo, com aumento da produção e do lucro dos donos do capital.

As crises do capitalismo são acompanhadas por transformações em todas as instituições que lhe dão suporte e levam a constante reestruturações produtivas. Ramalho e Santana (2004) mostram as principais mudanças na esfera produtiva:

- ✓ Num cenário globalizado, aumentam as unidades produtivas de grande porte, fato que diminuem as entidades de pequeno e médio porte, enxugando a economia e aumentando a produtividade.
- ✓ Para exercer a atividade produtiva torna-se necessário a existência de trabalhadores polivalentes/flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, para realizar um produto flexível.
- ✓ O trabalho terceirizado.
- ✓ Com a flexibilização das atividades produtivas ocorre um aumento da precarização nos contratos de trabalho.
- ✓ Cresce o poder de negociação dos sindicatos, porém o desemprego e a informalização diminuem seu agenciamento.

Com as transformações na esfera produtiva, ocorrem as mudanças na produção social que levam a um questionamento do papel do Estado. Diante de uma crise sem precedentes do capital, a sua instituição base que controla todas as instâncias sociais, também é questionada. O Estado, que oferecia serviços ao trabalhador, é questionado. Como oferecer serviços a uma sociedade em que o número de desempregados aumenta a cada dia? A crise do capitalismo contamina o Estado de Bem Estar Social exigindo a sua reformulação, deixando de participar tão intensivamente da economia.

Segundo essa lógica o Estado *deveria reduzir* sua inserção na economia privatizando suas empresas, enxugando seus quadros, e repassando ao setor privado a tarefa de gerir a economia sem muitas regulamentações que impedissem o livre trânsito econômico. Mais ainda, deveria imperar a chamada *lógica do mercado* quanto ao que seriam as inserções sociais do Estado, de modo que deixasse de pesar sobre os ombros dos agentes econômicos e dos próprios cidadãos, tornando-se mais ágil e dinâmico (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 11).

Offe (1995) questiona, acerca da sustentação do trabalho como centralidade da vida social, o alcance em que o trabalho e a produção estariam suavizando a sua capacidade de organização da vida social, em que a complexificação da sociedade contemporânea estaria designando novas formas de admissão do sujeito na sociedade e novos agentes surgem dando novos significados ao real. Abrem-se novas reflexões para a Sociologia do Trabalho.

Considerando que o trabalho é a razão da vida do ser humano, na medida em que permite ao homem realizar-se e concretizar história, a forma como o homem organiza a produção social significa o modo de produção e é a partir dele que a sociedade se organiza. O trabalho contribui para que o homem tenha uma vida melhor, satisfazendo as suas necessidades primárias. Mas, para que o homem viva bem, é fundamental que sua atividade produtiva não se torne uma obrigação, como acontece

no sistema capitalista. O homem, nesse sistema, perde a sua liberdade de fazer aquilo que ele gosta e passa a vender sua força de trabalho obrigado a fazer a atividade que lhe é imposta. Daí, ao invés de ter a liberdade de trabalhar naquilo que o torna criativo, se vê obrigado a satisfazer as necessidades suas e de sua família e para isso acaba por perder a liberdade, envolvido que está na satisfação de suas necessidades.

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. [...] As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (ANTUNES, 1995, p. 75).

O trabalho tem uma função fundamental para o sistema e foi imposto à sociedade dessa forma para possibilitar que o capitalismo dominasse socialmente. Considerou-se que, numa sociedade que vive da exploração do trabalho alheio não iria tornar-se supérfluo, pelo contrário, mesmo adquirindo novas formas, o trabalho se imporia para assim possibilitar que à sociedade sejam oferecidos os produtos que vão satisfazer os desejos e os sonhos dos consumidores.

Na verdade todas as habilidades existentes na mão de obra fazem com que as atividades à sua volta existam para satisfazer as suas necessidades. Daí ter o capital estabelecido regras bem definidas de separação entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal. Desta forma, o trabalho braçal perde todo o significado, na medida em que qualquer um poderia realizá-lo sem que precisasse de qualquer qualificação, o que o caracteriza como algo simples, e, portanto, somente aqueles que

estão submetidos ao mercado de trabalho sem qualificação se submetem a realizá-lo.

Assim a modernização tecnológica produziria no processo de trabalho dois setores “polarizados” em termos de suas qualificações de um lado, um pequeno setor altamente qualificado; de outro, toda uma massa de pouco qualificados. Isso agravaria com a introdução de novas tecnologias que, ao reforçarem os delineamentos da divisão do trabalho, intensificariam a desqualificação da mão-de-obra. No processo de trabalho capitalista a unidade natural do trabalho seria quebrada, separando-se a concepção da execução (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 20).

É o que se chamou taylorismo, a separação entre a concepção e a execução, por ter sido desenvolvido por Taylor. Junto com o fordismo, que tratou da divisão do trabalho para alcançar altos índices de produtividade. Mas essa seria apenas um lado da moeda, seria importante tornar as novas relações parte da política que se nelas se expressam. O controle do capital é muito mais amplo e subverte a lógica da realidade por intermédio de processos políticos e ideológicos. Mas, a crise do capitalismo promove novas mudanças no processo produtivo e, com isso, as ideias de que o trabalho vivo se torna obsoleto, na medida em que o capital torna o processo produtivo cada vez mais sofisticado e a tecnologia mais avançada.

Nesta perspectiva, a utilização de novos conceitos de produção garantiria a tendência para a formação e reprofissionalização da mão de obra industrial, bem como para a diminuição da divisão do trabalho. Dessa forma, o novo conceito de produção representaria uma ruptura com o taylorismo e o fordismo, possibilitando o questionamento de que isso não acabaria com a própria divisão do trabalho.

Nesse aspecto surge, segundo Ramalho e Santana (2004) o modelo japonês, o toyotismo que se torna a nova referência para o processo produtivo, como observam:

O trabalhador dessas empresas japonesas seria, portanto, o exemplo da polivalência e multifuncionalidade, dando conta dos mais variados aspectos da produção, tais como fabricação, manutenção, controle de qualidade e gestão da produção. As qualificações exigidas nesse novo modelo produtivo contrastariam com a lógica geral taylorista, na medida em que se exigiria do trabalhador a capacidade de pensar, ter iniciativa e decidir (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 24).

Dessa forma, seguindo o novo modelo de exploração elaborado pelo capital, os trabalhadores precisam de qualificação. No entanto, não se pode esquecer que estas mudanças tendem a beneficiar o aumento da produção e não o trabalhador.

Em termos teóricos, poderia se pensar um novo modelo de competência. Este poderia ser definido como pós-taylorista, onde as qualificações da organização do trabalho e de gestão da produção imperam.

A qualificação, que permitia ao trabalhador ter a competência para exercer suas atividades no processo produtivo, não era suficiente para fazer com que o desemprego desaparecesse do mundo capitalista, como se este fosse algo que não compusesse o próprio capitalismo.

O pressuposto do aumento progressivo dos requisitos de qualificação no novo paradigma produtivo, associado ao aumento do desemprego, levou alguns analistas à criação do conceito de empregabilidade. Em torno de tal noção, que toca também ao universo do mercado de trabalho, tem transcorrido parte do debate mais recente sobre a questão da qualificação versus desqualificação. Empregabilidade poderia ser definida como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida, em suma, de se tornar empregável (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 26).

Todas as tentativas de enfrentar o desemprego se tornaram fracassadas diante a inevitabilidade de sua existência. Nem a atribuição ao

processo de formação dos trabalhadores surtiu mais efeito do que a antiga premissa capitalista de dar ao trabalhador a causa do seu desemprego, tornando o sistema isento de críticas. Em outras palavras, a exclusão se justifica, pois foi o próprio trabalhador que não correspondeu ao que lhe foi oferecido.



PEDAGOGIA

Capítulo 4

Movimentos Sociais

A denominação movimentos sociais pode ser usada tanto para os movimentos provenientes do campo quanto para aqueles específicos das cidades. Trata-se, portanto, de reivindicação de um grupo para que seja atendida, como afirma Santos (2008), na tradição brasileira. Estes movimentos não usam a força física, mas sim a coerção, uma característica que apresentam no sentido de alcançar seus objetivos. Esta coerção política é exercida sem depender somente do nível de organização no interior dos movimentos, mas muito mais das relações de forças que permeiam o embate entre os grupos naquele momento histórico.

Segundo Santos: “[...] a coerção política relaciona-se com a capacidade de pressão de cada movimento específico – podendo, portanto, ser maior ou menor, no sentido de coagir o poder público para o cumprimento das reivindicações deste ou daquele movimento” (SANTOS, 2008, p. 10). Portanto, depende da força política que o movimento atingir na sociedade.

Na verdade, os movimentos sociais representam um determinado grupo na sociedade, denominados de populares, que se diferenciam, conforme afirma Gohn (2003), dos movimentos das classes

dominantes. Estes, segundo Santos “[...] se mobilizam por melhorias relacionadas ao *status-quo*”. (SANTOS, 2008, p. 10)

Não existe com relação aos movimentos sociais uma prática que os unifique. Porém, no que reivindicam, seja do Estado ou das instituições estabelecidas socialmente, todos procuram alcançar uma sociedade igualitária em que os direitos de todos sejam respeitados. Assim, os movimentos sociais colocam em questão o sistema político dominante. Também existem movimentos que possuem determinadas reivindicações e que as alcançando, se dissolvem. As formas como estes se estabelecem são as mais variadas:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais ocorrem por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (GOHN, 2003, p.13).

Os movimentos sociais podem se dividir entre urbanos, que possuem como reivindicações questões relacionadas a este ambiente, e do campo, específicos das questões ligadas ao solo agrário. Ambos possuem um ponto central que os une, ou seja, pretendem dar à população, aquelas que reivindicam ou não, melhores condições de vida. Quanto aos urbanos há, de se considerar:

Os movimentos sociais urbanos são assim denominados porque atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição de terra urbana e dos equipamentos coletivos. Portanto, os movimentos por moradia, pela implantação ou pela melhoria dos serviços públicos, como transporte público de qualidade, são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos relacionados ao

direito à cidade e ao exercício da cidadania (SANTOS, 2008, p. 11).

Quanto aos movimentos sociais rurais, pode-se observar:

Sensíveis às transformações do mundo rural nas últimas décadas e à heterogeneidade das forças sociais organizadas no campo, o debate sobre os novos movimentos sociais começa a ter eco. A nova lógica busca compreender o mundo da cultura, as relações sociais do cotidiano e as identidades coletivas específicas de cada movimento. As categorias de atores terão maior concretude (indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras) ou serão mais particularizadas (atingidos pelas barragens, quebradeiras de coco, etc.) (SCHERER-WARREN, 2000, p.33).

Entretanto, os movimentos não são somente populares, pois outros surgiram e ficaram conhecidos como novos movimentos sociais, os quais caracterizam-se por desvendarem novas expressões de opressão relativas ao direito à cidade e ao exercício da cidadania, e, como afirma Santos (p.12): “Referem-se desde às reivindicações mais gerais até as mais específicas: movimentos por direitos civis e universais, ambientalistas, por direitos de grupos etários (de jovens, ou de idosos) ou de gênero (movimento feminista), étnicos, religiosos, sexuais, pela paz etc.” (SANTOS, 2008, p. 12).

O que se pode constatar na prática dos movimentos sociais, desde o surgimento do conceito, é que alguns se transformam em movimentos reformistas enquanto outros se caracterizam pelo seu caráter transformador. Esse aspecto vai depender das relações de força entre o movimento, como representante popular da sociedade, e o poder público, de quem está sendo exigido algo. Como se descreve:

Os movimentos que se tornaram reformistas, foram incorporados pela classe dominante, através do Estado, fazendo com que a participação popular passa a ser somente por intermédio de consultas e não da sua

participação direta. O objetivo inicial do movimento se perde nas estruturas estatais. No desenrolar desses *movimentos reformistas* ou “cooptadas” pelo poder público as propostas e as alternativas populares são apropriadas por esse poder e transformadas em políticas estatais, de cunho demagógico ou populista. Algumas propostas, como a de mutirão, para os programas de moradia popular, podem almejar, apenas, à redução de custos na execução dos projetos. Ou, ainda, as reivindicações por direitos de cidadania são parcialmente atendidas, por padrões mínimos de consumo ou de serviços públicos, transformadas, assim, em cidadania de segunda categoria – a cidadania imperfeita, ou mutilada, conforme discutido por Milton Santos (SANTOS, 2008, p. 14).

Quanto aos movimentos sociais transformadores, o mesmo autor refere:

No projeto *transformador* os problemas estão relacionados à divisão social de trabalho e às injustiças sociais. As questões estruturais são retomadas, pois afinal o que se objetiva é a transformação da sociedade. Em geral, o ponto de partida do movimento é específico, mas os participantes são adquirindo consciência de que as questões da desigualdade ou da injustiça social não serão eliminadas apenas com a resolução desses problemas específicos (SANTOS, 2008, p. 14).

As reivindicações são produto das relações sociais, do cotidiano das pessoas que ao identificarem atos que não correspondem àquelas que concluem serem éticas, passam a se organizar e, lentamente formam um movimento que pode ou não se desenvolver. Os movimentos sociais são produto da realidade das pessoas comuns em confrontação com um cotidiano que não é assistido como deveria pelo poder público. Poder este que necessita atender a todos, afinal para isso recebem os impostos, que deveriam reverter para a sociedade, em forma de serviços e bens públicos.

A sociedade capitalista, por sua vez, baseada nos princípios que precisariam ser democráticos, observa os movimentos sociais e acaba

muitas vezes por utilizar destes e seus intuítos em campanhas políticas. Os partidos políticos adentram estes movimentos com a promessa de dar-lhes as reivindicações e atuarem dentro de sua estrutura. Acerca disto coloca-se:

Porém, há limites impostos pela estrutura político-econômica da sociedade capitalista. Esses partidos políticos, ao chegarem ao poder, tendem a atuar da mesma forma que os partidos anteriores, procurando cooptar os movimentos e burocratizá-los, já que aquela estrutura não foi alterada. Isto é, o partido mais afinado com os interesses populares pode ganhar a eleição, mas, se não houver alteração do bloco hegemônico que define a forma de atuação política, as transformações não ocorrerão, ou, na melhor das hipóteses, não serão aprofundadas, no sentido esperado antes do processo eleitoral (SANTOS, 2008, p. 16).

Há opiniões divergentes entre os estudiosos dos movimentos sociais quanto aos seus efeitos para a sociedade. Para Gohn, a atuação nos movimentos sociais pode se tornar um instrumento de educação política da população que normalmente se deixa levar por discursos populistas. Os movimentos sociais podem se constituir numa organização contra hegemônica enfrentando o poder estabelecido e servir à derrubada do capitalismo. Assim, dando novo rumo a decisões dos grupos dominantes, oferecendo melhorias a vida dos trabalhadores nas cidades, diminuindo as diferenças e as desigualdades sociais e dando novas alternativas políticas para a sua superação. (GOHN, 1991) defende outra opinião, afirmando que não consegue ver os movimentos sociais como um processo de transformação social, assumindo a sociedade civil o Estado de forma autônoma.

Santos conclui que:

[...]aindaéimportantelembrarqueexplicarosurgimento dos movimentos sociais apenas pela carência da oferta de serviços públicos ou de infraestrutura é insuficiente. A carência, por si só, explica muito pouco sobre a

emergência dos movimentos sociais. Não se pode esquecer que a cidade é planejada e ordenada pela e para a classe dominante ou pelos e para os grupos hegemônicos e é por eles controlada (SANTOS, 2008, p. 17).

Entretanto é coletivamente aceito que os grupos dominados podem enfrentar o poder exercido pelos grupos hegemônicos. Assim, os movimentos sociais não deixam de ter sua importância na sociedade demonstram que o poder pode ser exercido, mas que os dominados se encontram atentos às injustiças sociais.

4.1 Os Paradigmas Teóricos dos Movimentos Sociais Urbanos

Na revisão bibliográfica feita por Maria da Glória Gohn, que sistematiza as correntes teóricas sobre os movimentos sociais urbanos, encontram-se quatro paradigmas, que a autora descreve como: o histórico-estrutural, o culturalista, o neo-idealista e o neopositivista. Gohn (1991) analisa tais paradigmas através de uma síntese teórica, conforme segue:

4.1.1 O Paradigma Histórico Estrutural

Este paradigma enfatiza os aspectos estruturais do sistema mais amplo onde os movimentos sociais se desenvolvem. Considera as contradições do capitalismo como o elemento gerador do surgimento e do desenvolvimento do movimento. Trata da racionalidade do sistema capitalista seguindo certas leis e determinações, cujo desenvolvimento é contraditório.

Apresenta como categorias básicas as necessidades do sistema: a acumulação, as estruturas da sociedade e os processos sociais.

O paradigma histórico-estrutural decorre das carências, das demandas e das contradições. Nesse aspecto, os partidos políticos, conjunturas políticas e outros agentes intermediários desempenham

papel importante na eclosão das lutas, mas a origem permanece sempre estrutural.

Este paradigma apresenta três correntes em seu interior. A primeira representada principalmente por M. Castells, Jordi Borja entre outros, que veem como ações que contribuem para a democratização do Estado. Para estes,

A emergência dos movimentos sociais é vista em função da incapacidade estrutural do Estado de atender as demandas coletivas no urbano, particularmente as relativas aos bens e equipamentos de consumo coletivo. Os movimentos sociais seriam a resposta dos grupos e das organizações à situação de carência e de necessidade não atendida. (GOHN, 1991, p. 23).

A segunda é apresentada por Jean Lojkin, M. Lung e outros, que entendem que os processos políticos decorrentes da luta de classes não se restringem à esfera da produção, mas perpassariam todo o modo de produção, tendo grande importância no interior dos aparelhos estatais. Assim, “O Estado não é visto como um bloco monolítico, mas entrecortado por conflitos de classe de diferentes naturezas”. (GOHN, p. 23, 2003). Enfatiza a correlação de forças na sociedade.

Na terceira corrente que compõe o paradigma histórico-estrutural, assinalada notadamente por Rudé, Thompsom e Hobsbawn (os novos historiadores ingleses), percebe-se uma desvinculação da ortodoxia marxista, ou seja, há uma aproximação com Weber e os fenômenos culturais.

Eles se preocupam em resgatar as experiências coletivas dos trabalhadores e, nestas, seus atos de protesto, manifestações e movimentos. Trabalhando com a categoria de cultura política, esta corrente se alia a análise das classes sociais ao estudo das mentalidades coletivas. Retomam a questão do sujeito na história, um sujeito não pré-designado, mas em construção (GOHN, 1991, p. 24).

Destes autores, Thompson principalmente apresenta preocupação com o cotidiano e as lutas dos trabalhadores, notando os sentimentos de injustiça e exclusão que surgem destas experiências. Entende a categoria gramsciana de campo de forças, segundo o qual os grupos sociais encontram-se na sociedade em uma permanente confrontação em que dependendo do momento histórico e da força daquele grupo na sociedade, é possível a hegemonia.

4.1.2 O Paradigma Culturalista

Seguindo uma matriz teórica weberiana, teoria da ação social, com algumas formulações marxistas. Não tem como preocupação as leis, contradições ou as determinações, mas os processos localizados, analisados a partir das relações internas.

A ênfase no plano da cultura atribui ao sistema de consumo e distribuição das mercadorias na sociedade um papel maior do que o sistema de produção propriamente dito. A cultura é vista também no plano da produção. A má distribuição dos bens gera as injustiças sociais. Este aspecto é fundamental para a argumentação em torno da noção dos direitos sociais, nas teorias sobre os movimentos sociais (GOHN, 1991, p. 27).

Divide-se em duas correntes. A primeira é a Teoria da ação social, de Alain Torraine e Alberto Melucci. Nestas, os movimentos sociais são o coração da sociedade, diante de uma historicidade dilacerada pelo capitalismo. São práticas democráticas de pressão, ações que expressam uma nova sociedade política, com formas de associativismo renovadas. Não pretendem um novo modo de produção, mas outra ordem social, dentro do capitalismo, menos selvagem, mais igualitário. A partir de Torraine e Melucci propõem uma classificação dos movimentos sociais: reivindicativos, políticos e de classe.

A segunda corrente é apresentada como processo de institucionalização e seus representantes são Claus Offe, Adam Przeworski, Alexandro Pizzorno e outros.

Segundo eles, o marxismo trata da ação coletiva apenas no plano das estruturas, da ação das classes, e não dá conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o da política e o da cultura. O fato de o marxismo subordinar estes campos ao campo econômico eliminaria a possibilidade de se captar as ações inovadoras dos indivíduos (GOHN, 1991, p. 28).

Visualizam os movimentos sociais como sujeitos coletivos, não hierarquizados, em luta contra as dificuldades do acesso aos bens da modernidade, criticando os efeitos negativos da modernidade.

As correntes da institucionalização conferem relevância aos estudos sobre lideranças e organizações, esquecidos como sinônimos do funcionalismo positivista.

Claus Offe (1995) analisa os movimentos sociais a partir de categorias como estabilidade e equilíbrio, considerando a legitimidade do poder público. Para ele, os Movimentos Sociais objetivam a interferência em políticas do Estado e nos hábitos e valores da sociedade, articulando-se a objetivos concretos. Przeworski (apud GOHN, 1991) percebe as ações dos indivíduos numa análise psicológica de comportamento. Para Pizzorno (apud GOHN, 1991) o indivíduo age segundo seus interesses e é seu melhor juiz. Para Gohn (1991, p.28): “Segundo eles, o marxismo trata da ação coletiva apenas no plano das estruturas, da ação das classes, e não dá conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o da política e o da cultura”. (GOHN, 1991, p. 28).

Ressalta que é preciso conhecer os interesses e os custos para alcançá-los, os quais são indicadores básicos para se analisar os movimentos sociais. Torna-se importante também conhecer o sistema de crenças e de valores dos grupos.

4.1.3 Paradigma Neo-Idealista

Pauta-se na análise de minorias que buscam autonomia, liberdade e independência de ação. Estas teorias consideram os movimentos sociais urbanos como construtores de espaços novos, territórios de expressão de desejos abafados ou reprimidos pela sociedade e pelo Estado. Crê que os movimentos sociais baseiam-se na proposta da concepção de uma nova sociedade, ao mesmo tempo em que são desagregadores do sistema mais amplo, através das dissidências que causam.

Seus principais autores são Foucault, Deleuze e Guattari, que tiveram matrizes teóricas diversas como Nietzsche; anarquistas clássicos como Proudhon e Kropotkin; alguns teóricos do século XX e da escola de Frankfurt; Habermas e Marcuse; além de teóricos da fenomenologia como Schultz, Husserl e Goffman e suas teorias sobre o Interacionismo simbólico; a Teoria da alienação em Marx e Agnes Heller e o estudo sobre o cotidiano vivido e suas percepções.

Este grupo teve como objeto principal os denominados grupos de minoria: mulheres, negros e homossexuais, além de causas pacifistas, como a ecológica. Agrega utopias como base analítica situando os movimentos sociais fora da esfera estatal, circunscritos à sociedade civil, em busca de autonomia, liberdade e independência de ação.

Neste paradigma, os movimentos sociais seriam os construtores de espaços novos para a manifestação das potencialidades dos indivíduos (vista à moda dos evolucionistas, como inerentes à natureza humana), espaços de singularidades, territórios de expressão dos desejos frustrados ou reprimidos pela sociedade abafada pelo Estado.

Observa-se que a luta básica gira em torno da autonomia. A não institucionalização é ponto de honra fundamental, pois se trata de impedir a burocratização, ou a robotização das ações. O espontaneísmo deve ser cultivado como nascedouro de práticas novas ou renovadas. As lutas contra o Estado, os partidos e a religião estão presentes nestes

movimentos e em seus analistas de forma contraditória. Gohn indaga que, numa sociedade onde o Estado desenvolveu tentáculos por todos os lados, como obter conquistas e direitos sem se institucionalizar? Como autogerir uma comunidade de moradores-mutirantes sem a presença dos órgãos financiadores estatais? (GOHN, 1991, p. 29)

Este paradigma agrega o conceito místico de comunidade retomado pela corrente autonomista, considerando o espaço de criação de dissidências analíticas e de relações novas, o trabalho e o desejo de outra forma. Busca resgatar o espaço da esfera pública perdido para o Estado.

Para os autonomistas os movimentos sociais têm papel fundamental. São criadores de uma nova sociedade. Sua missão histórica é redimir a humanidade, espontaneamente pelas divergências criadas, gerando a desagregação do sistema mais amplo. Anseia pela percepção dos indivíduos, e a sua subjetividade, as suas vontades e os seus desejos ganham função de destaque na abordagem neo-idealista.

A sociedade apresenta uma consciência alienada, mas atuante, orientadora das ações possíveis, relevando importância aos fenômenos não-rationais, que conteriam o germe do novo. Reconhece conflitos diretos valorizados, como forma de resistência dos grupos envolvidos, constituintes de identidades coletivas, fundadas em laços de solidariedade e de reconhecimento mútuo. Apresenta um potencial transformador dado pelo plano sociocultural, estimulando mudança de hábitos e atitudes, gerando o comportamento dos movimentos sociais.

4.1.4 Paradigma Neopositivista

Partindo dos estudos da escola norte-americana, esta corrente destaca os movimentos sociais como comportamentos coletivos que expressam o desejo de participação da sociedade, tratada em contraposição ao Estado, e a tendência inevitável de institucionalização destas formas de participação.

Este paradigma contempla as ações coletivas defensivas em busca de maior representatividade na política, e o Estado, como um ajustamento de controle e integração, sempre em busca de institucionalizar os empreendimentos da sociedade para integrá-las.

Para Gohn: “[...] os movimentos sociais são vistos como comportamentos coletivos originados de períodos de inquietação social, de incertezas, onde ações são frustradas e reprimidas. Eles existem porque há uma disfunção e um afrouxamento dos hábitos e dos costumes”. (GOHN, 1991, p. 31) Parte-se de uma análise onde a sociedade tem um papel estático, dado por uma ordem social estática, que precisa constantemente se controlada. Assim, os movimentos são vistos como desequilíbrios da ordem, do *status quo* vigente.

Por outro lado, esses movimentos sociais teriam uma história natural, à medida que estariam respondendo a impulsos e manifestações interiores, inerentes à natureza humana. O indivíduo (visto isoladamente) contrapõe-se à sociedade à medida que esta o oprime, o bloqueia e frustra. Assim que as tensões adquirem um caráter de insuportabilidade, os indivíduos se aglutinam em torno de um objetivo comum e criam novas instituições, nominando desta forma a mudança social (GOHN, 1991, p. 31).

Vale esclarecer que enquanto os primeiros positivistas viam os movimentos sociais como esforços de promover mudanças, os neopositivistas os veem como esforços da coletividade para promover ou resistir a alterações.

Para estes autores, as condições que propiciam a emergência dos movimentos sociais são de três ordens: cultural (mudança de valores), social (desorganização e descontentamento) e política (injustiça social etc.). A categoria básica de análise continua sendo o comportamento e a ação dos indivíduos, pois a transformação social opera-se através da mudança de comportamento dos sujeitos nas instituições. O problema se torna pessoal e não social.

IMPORTANTE

A denominação movimentos sociais está relacionada a alguma falta existente na sociedade e que para exigí-la um grupo de pessoas se reúne para conseguir que essa falta seja sanada, pois estes objetivam dar voz aqueles que normalmente são ignorados pelo poder público. Falar em movimentos sociais faz com que nos venha à memória diversos movimentos com os quais temos convivido no Brasil e no mundo. O que foi divulgado mais recentemente e que se espalhou por quase todo o globo foi o Ocupe Wall Street que significava lutar contra o capitalismo financeiro e que acabou por atingir diversos países. Sua origem deve-se à crise bancária, proveniente de uma grande quantidade de empréstimos oferecidos pelos bancos a seus clientes para compras imobiliárias. Os bancos emprestaram indiscriminadamente, mesmo sabendo das dificuldades que seriam colocadas para receberem seu dinheiro de volta. Isso veio gerar a crise imobiliária, resultando em que muitas famílias devolvessem as casas compradas com os empréstimos bancários. Constatou-se que o capital sem um controle acaba por fazer o que deveria ser proibido, ou seja, usar as pessoas, emprestando sem controle, para ganharem bônus milionários. Por causa desses bônus, aos banqueiros e assessores, o importante era emprestar.

Outro movimento que tem acompanhado o Brasil há bastante tempo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com origem no campo. Bastante criticado pela mídia, pois esta significa o poder do capital, que sempre o mostra como um movimento de baderneiros, o MST é um dos movimentos sociais rurais mais bem estruturados do país.

Além deste movimento, conforme afirma Santos:

[...] principalmente a partir no fim da década de 70 e na de 1980, outros movimentos também ocuparam muito espaço nos meios de comunicação. Trata-se dos movimentos urbanos ligados às Comunidades de Base, da Igreja Católica; o próprio movimento sindical com as greves do ABC; o movimento por moradia com as

ocupações de terra urbana. Gradativamente outros movimentos, como o feminista, o ecológico, contra a discriminação (étnicos, homossexuais) etc. Começaram também a se destacar nas cidades, lugar privilegiado para a deflagração de movimentos deste tipo (SANTOS, 2008, p. 09).

Após anos de ditadura militar, o Brasil foi lentamente desenvolvendo relações democráticas e a Constituição Federal de 1988 possibilitou que muitos projetos da população fossem incluídos, o que significou uma conquista popular.

A cada dia somos surpreendidos por manifestações da população brasileira influenciando deputados e senadores. O exemplo mais recente pode ser a Lei da Ficha Limpa, que exige que para assumir determinados cargos (agora mais urgente são os políticos) as pessoas tenham a ficha limpa, coisa rara no parlamento nacional. Neste sentido, diversas Organizações Não Governamentais - ONGs têm contribuído, exigindo a transparência dos gastos públicos, que sofrerão o controle da população que necessita estar atenta a qualquer desvirtuamento dos mesmos.

Diante disso, se podemos afirmar que os movimentos sociais nem sempre são bem vistos por todas as pessoas, pois se trata de algo que deveria ser oferecido a sociedade e não ocorre, devido aos interesse do capital, que não aceitam diminuir seus lucros.

Os movimentos sociais representam articulações que objetivam colocar em xeque o poder do capital e de seu representante maior que é o Estado.

A Nova Sociologia da Educação

De origem inglesa, a Nova Sociologia da Educação (NSE) deu um novo impulso aos estudos sobre a Sociologia da Educação, ainda submetida a uma análise macro da Educação, na sociedade capitalista. A nova Sociologia da Educação é atribuída a Michael Young, organizador de um livro com vários autores, considerado o primeiro passo para essa reflexão sobre o processo educativo, denominado Conhecimento e Controle.

A nova Sociologia da Educação tem como objeto a escola, em seu interior, a fim de identificar o elemento no processo educativo que promove a reprodução do social, papel que é atribuído ao currículo. Enquanto nos Estados Unidos tinha como objeto as perspectivas tradicionais sobre o currículo, na Inglaterra criticava-se a antiga disciplina.

Essa Sociologia seguia uma tradição de pesquisa empírica sobre os resultados desiguais produzidos pelo sistema educacional, preocupando-se, sobretudo, com o fracasso escolar das crianças e jovens da classe operária. Por sua ênfase empírica e estatística, essa Sociologia era chamada, pelos críticos, de “aritmética” (SILVA, 1999, p.63).

A principal crítica que a NSE fazia à aritmética da antiga Sociologia da Educação, “[...] era que ela se concentrava nas variáveis de entrada (classe social, renda, situação familiar) e nas variáveis de saída (resultados dos testes escolares, sucesso ou fracasso escolar), deixando de problematizar o que ocorria entre esses dois pontos” (SILVA, 1999, p. 65). Diante disso, não havia espaço para o questionamento da origem do conteúdo que era transmitido em sala de aula e o papel do currículo era visualizado como mantenedor das desigualdades. Interessava reconhecer se este currículo permitia o sucesso escolar, mas não como formação das pessoas e sim como processamento do conhecimento.

A proposta do livro editado por Young era de uma Sociologia do conhecimento destinada à tarefa de destacar o aspecto socialmente construído das formas de consciência e de conhecimento, bem como de suas íntimas relações com estruturas sociais, institucionais e econômicas. Desta forma, não se distanciou muito da Sociologia Geral e criou as bases para uma Sociologia do currículo.

A tarefa de uma Sociologia do currículo consistiria precisamente em puramente epistemológicas, a questão, para a NSE, não consiste em saber qual conhecimento é verdadeiro ou falso, mas em saber o que conta como conhecimento. (SILVA, 1999, p. 66).

Para Young apud Silva a NSE:

[...] deveria começar por ver o conhecimento escolar e o currículo existentes como invenções sociais, como o resultado de um processo envolvendo conflitos e disputas em torno de quais conhecimentos deveriam fazer parte do currículo. Ela deveria perguntar como essa disciplina e não outra acabou entrando no currículo, como esse tópico e não outro, por que essa forma de organização e não outra, quais os valores e os interesses sociais envolvidos nesse processo seletivo. (SILVA, 1999, p. 67).

Dessa forma, a NSE busca investigar as ligações dos princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar juntamente com os princípios de classificação dos maiores recursos econômicos e sociais. Resumidamente, a questão básica da NSE era a das conexões entre currículo e poder, ou seja, entre a organização do conhecimento e a distribuição de poder.

Quanto a outras correntes teóricas, percebe-se que a NSE causou certo abalo, como se verifica:

Novas influências teóricas passaram a ser recebidas. Destacamos, dentre elas, o neomarxismo, a fenomenologia, o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Apesar das diferenças, as quatro correntes apresentam certos pontos comuns: (a) visão do homem como criador de significados; (b) rejeição da Sociologia macrofuncional; (c) preocupação com a identificação dos pressupostos subjacentes à ordem social e com a problematização de categorias sociais; (d) desconfiança dos estudos quantitativos e do uso de categorias objetivas; e (e) foco em procedimentos interpretativos. (BERNSTEIN apud MOREIRA, 1990, p. 74).

No cenário econômico, o governo liberal de Thatcher³ que fica décadas no poder, contribui para que as universidades assim como as instituições de uma maneira geral, sejam tomadas por um extremo conservadorismo. Young acaba por tornar-se burocrático e técnico, enquanto a NSE é tomada por uma série de perspectivas analíticas e teóricas, como o feminismo, questões étnico-raciais e outras.

Segundo Bernstein, começa a apontar a partir dos anos 1970, sua teoria, onde destaca o currículo. O conhecimento formal se concretiza por mediação de três sistemas de mensagens: o currículo, a pedagogia e a avaliação. Sua preocupação é quanto às relações estruturais entre os

³ (Margaret Hilda Thatcher, Baronesa Thatcher (Lincolnshire, 13 de outubro de 1925) é uma política britânica, foi primeira-ministra de 1979 a 1990.)

distintos tipos de conhecimento que compõem o currículo. (BERNSTEIN, 1977).

Embora não se constitua propriamente como uma teoria, as reflexões sobre o currículo oculto irá produzir forte influência em todas as teorias, principalmente nas análises de Bowles e Gintis da escola americana, para quem:

[...] a escola, através da correspondência entre as relações sociais que ela enfatiza e as relações sociais predominantes no local de trabalho, ensina às crianças e jovens das classes subordinadas como se conformar às exigências de seu papel subalterno nas relações sociais de produção. (BOWLES; GINTIS, 1982, s/p).

E, mais forte ainda, se relacionada à teoria elaborada por Althusser, onde o currículo oculto ganha maior espaço para se impor.

Apesar de sua vinculação ao pensamento da esquerda, o surgimento do currículo oculto tem sua origem na escola conservadora da Sociologia Funcionalista, que destacava a determinação estrutural do currículo oculto. “Eram as características estruturais da sala de aula e da situação de ensino, mais do que o seu conteúdo explícito, que “ensinavam” certas coisas: as relações de autoridade, a organização espacial, a distribuição do tempo, os padrões de recompensa e castigo” (SILVA, 1999, p. 78).

Considera-se que é no ambiente escolar que se dá a aprendizagem do currículo oculto. Nas relações entre professores e alunos, alunos e alunos, estes e os funcionários da escola, em todas as relações se dá algum tipo de troca em que se aprende a estar no mundo. No cumprimento dos horários, no uso do espaço escolar, nas relações se encontram embutidas situações que contribuem para a inserção dos indivíduos nas normas e valores estabelecidos pela sociedade, daí ser a escola um instrumento bastante contundente na integração do indivíduo, contendo nas relações sociais, portanto, um currículo oculto. Oculto, por não estar diretamente no conteúdo didático em que os alunos são

inseridos diariamente, mas que possuem uma forte presença na formação deles.

As questões que a Nova Sociologia da Educação criticou e considerou no currículo trataram de distintos pontos, que são apresentados a seguir:

5.1 Diferença e Identidade

A diversidade tornou-se um tema de presença constante em todas as áreas da sociedade. A Educação não poderia estar longe dessa discussão, principalmente por ser uma das instituições, onde a diversidade se apresenta mais patente. A escola é um espaço onde se encontram crianças, professores e funcionários, das mais diferentes proveniências. Apesar da existência de políticas que tentam a todo o momento fazer com que haja uma homogeneização cultural, a permanência de valores culturais diferenciados é uma realidade que os estados nacionais não podem negar, nem deixar de relacionar às relações de poder social.

Considera-se que o multiculturalismo, igual à cultura contemporânea, apresenta-se de várias formas, Silva (1999) coloca que se por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional, por outro lado pode ser visto como a solução aos problemas que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. Sempre se pautando nas relações de poder.

Segundo Canen e Oliveira (2002) o multiculturalismo é um termo polissêmico que conglomerava desde visões mais liberais ou folclóricas, até visões mais críticas, cujo ênfase se encontra no questionamento a racismos, sexismos e preconceitos de forma geral, buscando transformações nos espaços culturais, sociais e organizacionais.

O multiculturalismo surge nos países ricos, em função do fluxo migratório que tem levado milhares de imigrantes em sua direção, na tentativa de encontrarem uma vida melhor em países conhecidos por oferecerem às suas populações boas condições de existência. Portanto, a imigração está relacionada a situação de exploração vividas pelos imigrantes em seus países de origem, das quais eles querem fugir, da mesma forma que no período da colonização europeia foram recebidos imigrantes das mais diferentes proveniências sociais.

Neste sentido, o multiculturalismo se torna um instrumento político, em que se ampliam as áreas de influência. Durante muito tempo foi tema de abrangência exclusivamente antropológica, que nivelou todas as culturas, afirmando que cada cultura tem a sua própria lógica e não deve ser colocada como sendo superior ou inferior, mas todas no mesmo patamar.

5.2 Feminismo e Gênero

Inicialmente tendo como estratégia política a questão da diferença, o feminismo tinha como objetivo que a sociedade tivesse bem definido a existência de uma diferença entre o homem e a mulher. Neste momento, a definição do feminino separado do masculino, fazia parte da luta das mulheres pela imposição de sua identidade na sociedade.

O feminismo da igualdade aceitava o modelo masculino como neutro e desejável; era a aceitação do discurso feito por um outro, que representava a mulher segundo o seu olhar. Alcançar a igualdade era, portanto ser igual a este outro que detinha o poder em suas várias instâncias. Para alcançar a categoria de sujeito livre, era necessário ser igual ao modelo de sujeito livre – o homem. (COLLING, 2004, p. 30).

Após a conquista de uma identidade feminina, dilacerada por séculos de opressão, tem início a luta da mulher pela igualdade, e

essa luta envolvia o masculino, pois seria com ele que a mulher desejava alcançar a igualdade na sociedade, daí o surgimento do conceito de gênero, para diferenciar do de sexo e para denominar o ser social, aquele criado socialmente, que define tanto a roupa quanto o sentir na sociedade.

“Gênero” opõe-se, pois a “sexo”: enquanto este último termo fica reservado aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo “gênero” refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual. Essa separação é hoje questionada por algumas perspectivas teóricas, que argumentam que não existe identidade sexual que não seja já, de alguma forma, discursiva e socialmente construída, mas a distinção conserva sua utilidade (SILVA, 1999, p. 91).

Essa discussão trazida para a escola tinha como intenção criticar o currículo, no qual era considerada a classe social, sem que fosse considerado o papel de gênero e de raça no processo de produção e reprodução da desigualdade. As relações de gênero se apresentam por intermédio do patriarcado, que submete a mulher ao mundo masculino.

Nesta situação se observa em, um primeiro momento, a questão do acesso desigual das mulheres às instituições educacionais. Esta situação fazia com que as mulheres entrassem num círculo de opressão, sem acesso ao conhecimento, o que impedia que tivessem acesso a cargos mais disputados socialmente.

Num segundo momento, não se tratava somente de ter acesso, mas de transformar essas instituições que deveriam não somente considerar a presença da mulher, mas refletir sobre seus interesses e suas próprias experiências. Para isso ocorrer deveriam ser incluídos no currículo elementos da feminilidade.

5.3 O Currículo e a Questão Étnica e Racial

Assim como no que diz respeito a gênero, a crítica ao currículo com relação às questões étnico-raciais perpassa a centralização na

atribuição à classe social os males da educação, o que não deixa de ser a realidade, mas além de classe existem outros elementos que podem servir de parâmetro para a discriminação social, como a étnica e o racial.

O abandono de tais grupos de gênero, étnico e raciais que vivem a desigualdade cotidianamente, é perder um fio ao tecer a complexa rede de relações sociais.

De acordo com Silva o acesso seria a primeira reflexão que se faz presente massivamente na sociedade brasileira, como resultado das relações durante o período de colonização. O fracasso escolar entre as crianças provenientes de grupos étnico-raciais minoritários foram questionados sem que fosse colocado em foco o tipo de conhecimento que lhes era transmitido, estava racialmente direcionado. (SILVA, 1999, p. 99). Para o mesmo autor:

A identidade étnica e racial é, desde o começo, uma questão de saber e poder. A própria história do termo mais fortemente carregado e polêmico, o de “raça”, está estreitamente ligada às relações de poder que opõem o homem branco europeu às populações dos países por ele colonizados. Consolidado no século XIX como uma forma de classificação supostamente científica da variedade dos grupos humanos, com base em características físicas e biológicas, o termo “raça” tornou-se, nesse sentido, crescentemente desacreditado (SILVA, 1999, p.100).

Assim, rompeu-se a ideia de que determinados critérios criavam grupo que pudessem ser denominados de raças. Ficou, desta forma, provado que a atribuição de raça tinha um caráter cultural e discursivo. Raça e etnia, por serem constructos culturais, não podem ser consideradas conceitos engessados.

O processo da construção desta diferença permite pensar raça e etnia em constante transformação, não podendo-se conceber na contemporaneidade um conceito para a diferença que não seja a de um processo relacional.

Trata-se, portanto, da construção de um currículo a ser apresentado às gerações futuras e que contribua para a superação dos preconceitos criados para sustentar relações de poder social. Um currículo crítico que auxilie a reflexão sobre a existência da diferença, mas que considere a diversidade sem a submissão dos grupos instalados no poder.

5.4 Teoria Queer e Identidade

A teoria *queer* começou a ser desenvolvida posterior ao final dos anos 80 por uma série de pesquisadores e ativistas distintos, principalmente nos Estados Unidos. A própria tradução do termo traz dificuldades em sua compreensão. Louro (2004, p. 38), coloca que “*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, reforçando a ideia de positivar a forma pejorativa de insultar os homossexuais.

Para Butler, o termo tem operado uma prática linguística com a intenção de degradar aos sujeitos que menciona. “*Queer* adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos”. (BUTLER, 2002, p. 58). Assim, a proposta é ressignificar o termo, entendendo *queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

O questionamento colocado pelo movimento feminista é quanto a existência de identidades fixas, tanto do masculino quanto do feminino, baseadas na biologia.

A teoria feminista argumentava não apenas que nossa identidade como homem ou como mulher não podia ser reduzida à biologia, que tinha uma importante dimensão cultural e social, mas que as próprias concepções do que era considerado puramente biológico, físico ou corporal estavam sujeitas a um processo histórico de construção social. Nem sequer a biologia podia ser subtraída ao jogo da significação. O conceito de gênero foi criado precisamente para enfatizar o fato de que as identidades masculina

e feminina são histórica e socialmente produzidas (SILVA, 1999, p. 105).

Sendo assim, o movimento homossexual entende que a identidade sexual não é fixa, mas datada, por ser uma construção sociocultural, ela se apresenta de acordo com movimento histórico da sociedade. A construção da identidade se estabelece mediante um significado atribuído socialmente. Nessa perspectiva, é possível ser apropriado socialmente, e por isso pode se tornar instrumento do poder.

A teoria *queer* pretende ir além dessa hipótese de construção de identidade, pois compreende que esta se torna fixa e estável pelo seu discurso. É preciso que se ouse cruzar as fronteiras, radicalizar.

IMPORTANTE

- ✓ A Nova Sociologia da Educação surge com o objetivo de refletir sobre a escola, em seu interior, a fim de identificar principalmente o currículo.
- ✓ Aponta as questões pertinentes ao currículo oculto.
- ✓ Apresenta transformações neste currículo.
- ✓ Entre algumas críticas ao currículo e apontamentos para mudanças, podemos citar: diferença e identidade, feminismo e gênero, a questão étnico racial e a teoria *queer*.



Palavras Finais

A sociologia tem por objetivo desvendar a realidade social.

A sociologia da educação tem por objetivo desvendar a realidade educacional.

Entender o papel da educação na sociedade não é uma tarefa fácil para o sociólogo. Entre desencanto e esperança, a expectativa de superação das condições atuais na educação nos persegue e serve de incentivo na transmissão do conhecimento sociológico para as futuras professoras, que fruto de um ensino limitado, a sociologia desconstrói sonhos.

A interpretação do real nos desvela injustiças e medos, mas também resistências e avanços. Corajosos se debatem entre a dor do conhecido se decompondo e um desconhecido se elaborando. O processo de construção do novo não é uma tarefa fácil. É uma nova leitura do mundo, com muitas contradições.

É um desafio a ser enfrentado por aqueles que entenderem o discurso sociológico. Como diz Belchior, o novo sempre vem. Não adianta impedir. E o papel da Universidade e da educação especificamente é esse, criar o novo. E o novo nasce da diversidade. Do confronto de pensamentos, daí a importância da Universidade, composta de várias faces oferecendo

o espaço ideal para que os pensamentos gerem possibilidades de interpretações para o social e para novos sonhos e novas esperanças.

Qual a saída para o ser humano que não essa?



REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. (Org.) *Para compreender a ciência – Uma perspectiva histórica*. 8. ed., São Paulo: EDUC/Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

ANDRADE, P. *Agência e estrutura: o conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu*. Estudos de Sociologia, Rev. Do Prog. de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 12, n.2, p. 97 – 118.

ALEXANDER, J.; COLOMY, P. Towards Neofunctionalism: Eisenstadt's ChangeTheory and Symbolic Interaction". *Sociological Theory*, n. 3, 1985.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Edunicamp, 1995.

AZEVEDO, F. *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BERGER, M. *Educação e dependência*. Porto Alegre: Difel, 1976.

BERNENSTEIN, B. *Class, code and control*. Londres: the Mac Milan Press, 1977.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Capitalismo e educação nos Estados Unidos. In: Sérgio Grácio, S. Miranda, Stephen Stoer, *Sociologia da educação: funções da escola e reprodução social*. Lisboa: Horizonte, 1982.

BUTLER, J. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgressoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

CANDIDO, A. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. IN: FORACCHI, Marialice M. (org.). *Educação e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CANEN, A.; OLIVEIRA, A. M. A. de. *Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso*. Revista Brasileira de Educação, n. 21, Set/dez. 2002. p. 61-74.

CATANI, A. M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COLLING, Ana A construção histórica do Feminino e do Masculino In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Org.) *Gênero e cultura Questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2004.

COLTRO, A. *A Fenomenologia, um enfoque para além da modernidade*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa em Educação, v. 1, nº11, 1º trim/2000.

COSTA, C. *Sociologia – Introdução à ciência da sociedade* 3. ed. rev. e ampl., São Paulo: Moderna, 2005.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Portugal: Presença, Brasil: Martins Fontes, 1977.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 8. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, D. *Manual de Sociologia*. São Paulo: Atlas, 2001.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.

GOMES, A. C. *A educação em perspectiva sociológica*. 3ª ed. São Paulo: EPU, 1994.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*, parte I. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 243-300.

HOULT, T. F. *Dicionário de Sociologia Moderna*. Totowa: Littlefield, 1969.

LIMA, R.; Silva, A. C. R. *Introdução à sociologia de Max Weber*. Série Fundamentos da Sociologia. Curitiba: IBEPX, 2009.

LÓPEZ, J. Louis Althusser In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.

LOURO, G. L. *O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARSHALL, G. *Dicionário Oxford de Sociologia*. Nova Iorque: Oxford, 1994.

MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. 2. ed., Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Ed., 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1988.

MERTON, R. *Teoria Social e Estrutura Social*. Nova York: The Free Press, 1957.

MOREIRA, A. F. ; CANDAU, V. M. *Multiculturalismo – Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F. B. *Sociologia do currículo: origens, desenvolvimento e contribuições*. Brasília: Em Aberto, ano 9. n. 46. abr. jun. 1990.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Editora brasiliense, 1995.

RAMALHO, J. R. ; SANTANA, M. A. *Sociologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

RIBEIRO JUNIOR, J. *O que é positivismo* São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, R. B. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: UNESP, 2008.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST*. Santa Catarina: UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº 24, Novembro 2000.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHRADER, A. *Introdução à pesquisa social empírica: um guia para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não-experimental*. Porto Alegre: Globo/UFRGS, 1974.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 1999.

SWARTZ, D. Pierre Bourdieu In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.

PARSONS. T. *La estructura de la acción social*. Madri: Guadarrama, 1968.

TRIVIÑOS, A. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

YOUNG, M. D. Na approach to the study of curricula as socially organized knowledge. In: YOUNG, M. (Ed.) *Knowledge and Control: new direction for the Sociology of Education*. Londres: Collier-McMillan, 1971.